



EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2013

Processo Administrativo nº 228/2013

Protocolo nº 3710/2013

O **MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO - RS**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa, sita na Rua Coronel Júlio Pereira dos Santos, nº 465, Santo Augusto-RS, inscrito no CNPJ nº 87.613.105/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **Sr. José Luiz Andrighetto**, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados que às **10h do dia 17 de setembro de 2013**, na Sala de Licitações, junto ao Centro Administrativo, reunir-se-á a Comissão de Licitações, designada pela Portaria nº 21.692, de 14 de fevereiro de 2013, com a finalidade de receber propostas para a presente licitação, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** para execução de 20 (vinte) módulos sanitários domiciliares com fossa séptica e sumidouro, com recursos do Convênio nº 187/2012, que entre si celebram o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria da Saúde e o Município de Santo Augusto-RS, objetivando a construção de módulos sanitários no Município de Santo Augusto (Processo nº 088532-2000/11-4), na área urbana do Município, conforme projeto técnico.

1 DO OBJETO:

1.1 Contratação para execução de 20 (vinte) módulos sanitários domiciliares com fossa séptica e sumidouro, com recursos do Convênio nº 187/2012, que entre si celebram o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria da Saúde e o Município de Santo Augusto-RS, objetivando a construção de módulos sanitários no Município de Santo Augusto (Processo nº 088532-2000/11-4), na área urbana do Município, compreendendo o fornecimento de materiais e serviços necessários, conforme projeto técnico anexo (ANEXO 02), que passa a fazer parte do presente Edital para todos os efeitos legais.

1.2 O projeto técnico encontra-se à disposição dos licitantes na Secretaria Municipal de Supervisão e Planejamento – SESUPLAN, localizada no Centro Administrativo (3º piso), sito na Rua Coronel Julio Pereira dos Santos, nº 465, Santo Augusto-RS.

2 DA PARTICIPAÇÃO:

2.1 Está vedada a participação de empresas:

- a) declaradas inidôneas por ato administrativo do Poder Público;
- b) sob processo de falência ou recuperação judicial;
- c) impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal;
- d) reunidas em consórcio;
- e) enquadradas nas disposições do art. 9º, da Lei nº. 8666/93.

2.2 Somente poderão participar do certame as empresas cadastradas ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.

2.3 As Empresas não cadastradas que tenham interesse em participar do processo licitatório em epígrafe poderão efetuar seu cadastramento em até 03 (três) dias antes da data de abertura dos envelopes – **até às 17h do dia 12/09/2013.**

Obs. Os documentos exigidos para o cadastramento estão dispostos nos arts. 27 a 31, da Lei 8.666/93.

2.4 Não serão admitidos quaisquer outros Certificados de Registro Cadastral em substituição ao supra referido, expedido pelo licitado.

3 DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

3.1 Para efeitos de credenciamento, os interessados deverão:

3.1.1 Quando o representante da empresa não for um dos sócios legalmente habilitados, o mesmo deverá apresentar a Carta de Credenciamento ou Procuração conforme modelos constantes nos **ANEXOS II e III** deste Edital, assinada por representante legal da empresa, comprovando a delegação de poderes junto à Comissão Permanente de Licitação, para acompanhamento de todas as etapas do certame, inclusive para o recebimento de intimações e de decisão sobre a desistência ou não de recursos.



3.1.2 Caso seja titular da empresa, deverá apresentar documentos que comprove seu poder para representá-la.

3.1.3 A não apresentação da Procuração ou Carta de Credenciamento não implica na inabilitação do licitante, mas o impede de se manifestar durante os trabalhos.

3.1.4 Será admitida, em todas as etapas da licitação, a presença de somente 01 (um) representante de cada proponente.

4 DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA FINANCEIRA:

4.1 Para participação no certame, a licitante deverá apresentar, até no dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste edital - **10 horas do dia 17 de setembro de 2013** - improrrogavelmente, por si ou por intermédio de representante devidamente credenciado, os documentos de habilitação e a sua proposta de preço em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 01 - DOCUMENTAÇÃO e nº 02 - PROPOSTA, no Protocolo Central do Centro Administrativo Municipal de Santo Augusto-RS, para os quais se sugere a seguinte inscrição:

**MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO/RS
TOMADA DE PREÇOS 005/2013.
ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)**

**MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO/RS
TOMADA DE PREÇOS 005/2013.
ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA FINANCEIRA
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)**

4.2 Não serão aceitos documentos ou propostas enviadas pelos proponentes fora da data e hora estabelecidos no subitem anterior.

4.3 Poderão apresentar propostas somente empresas cujo ramo de atividade se relacione com o presente Edital.

5 DA HABILITAÇÃO:

5.1 Para habilitação, deverá a licitante apresentar, no Envelope nº 01 – Documentação, os documentos abaixo discriminados, em 01 (uma) via e em cópias previamente autenticadas:

5.1.1 Certificado de Registro Cadastral fornecido pelo licitado.

5.1.2 Habilitação Jurídica:

a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b) Comprovante de inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de posse da diretoria em exercício;

c) Certidão de registro comercial, no caso de empresa individual;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Termo de declaração de Idoneidade subscrita pelo representante legal da proponente, conforme **ANEXO I** deste edital, de que ela não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

I) Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

II) Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;

III) Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 05 (cinco) anos;

IV) Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

f) Termo de declaração, sob as penas da Lei, de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.



Estado do Rio Grande do Sul – SANTO AUGUSTO

Secretaria Municipal de Administração

Rua Coronel Julio Pereira dos Santos, 465 – CEP 98590-000

Fone/Fax (55) 3781-4361/5239 – E-mail: compras@santoaugusto.rs.gov.br

5.1.3 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova do Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda – CNPJ, com a descrição da atividade econômica compatível com o objeto da licitação e, em caso de alteração da atividade econômica, demonstrar através de documento hábil a alteração;
- b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede do licitante pertinente ao seu ramo de atividade compatível com o objeto da licitação;
- c) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa para com a Fazenda Federal, através de certidão conjunta de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa para com a Fazenda Estadual, relativo aos tributos estaduais, do domicílio ou sede da licitante;
- e) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa para com a Fazenda Municipal, relativo aos tributos municipais, do domicílio ou sede da licitante, bem como do Município licitado;
- f) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa para com a Seguridade Social – INSS;
- g) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

5.1.4 Da Qualificação Técnica:

a) Certidão de registro da empresa licitante e de todos os profissionais integrantes de seu quadro técnico no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, com prazo de validade em vigor;

Obs. Os certificados expedidos por Conselhos de outras regiões, cuja circunscrição não seja o Estado do Rio Grande do Sul, deverão receber o visto do CREA/RS (Resoluções nºs. 266/79 e 413/97, CONFEA);

b) Atestado de capacidade técnica, devidamente registrado no CREA, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, comprovando a execução, pelo(s) profissional(is) do quadro técnico da empresa, serviço de características semelhantes e de complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores ao objeto da licitação;

b.1) Somente serão aceito(s) atestado(s) de obra(s) já concluída(s);

b.2) As pessoas jurídicas poderão fazer uso dos atestados de capacidade técnica mediante comprovação de vínculo com o(s) profissional(is).

c) Termo de declaração de Pleno Conhecimento do Edital e seus Anexos e de que se sujeita a todas as condições estabelecidas e assume integral responsabilidade pela autenticidade e veracidade dos dados e documentos apresentados, conforme modelo do **ANEXO IV**, assinada por seu representante legal.

5.1.5 Qualificação Econômica-Financeira:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com a indicação do nº do Livro Diário, número de registro na Junta Comercial e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa, devendo se fazer acompanhar pelas NOTAS EXPLICATIVAS.

Obs. 1 É vedada substituição do balanço por balancete ou balanço provisório, podendo aquele ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

Obs. 2 No caso da empresa não possuir um ano de exercício social, deverá comprovar suas atividades na forma de apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, porém deverá ter, no mínimo, 03 (três) meses de efetiva atividade, comprovada, através de demonstrações contábeis. Neste caso, não fica dispensado o Registro no órgão competente (Junta Comercial).

a.1) Serão considerados aceitos como “na forma da lei” o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentadas:

a.1.1) Publicidade em Diário oficial;

a.1.2) Publicidade em Jornal;

a.1.3) Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede da licitante;

a.1.4) Por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede da Licitante ou em órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e Fechamento.

a.2) A verificação da situação financeira será avaliada pelos índices de Liquidez Instantânea (LI), Liquidez Corrente (LC), Liquidez Geral (LG), Participação de Capital de Terceiros (PCT), Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL), Solvência Geral (SG) e Geral de Endividamento Geral (GE) resultante das seguintes fórmulas:

AD

LIQUIDEZ INSTANTÂNEA: ----- = índice mínimo: (1,00)

PC

AC

LIQUIDEZ CORRENTE: ----- = índice mínimo: (1,00)

PC



LIQUIDEZ GERAL: $\frac{AC + ARLP}{PC + PELP}$ = índice mínimo: (1,00)

PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS: $\frac{A. T}{AP}$ = índice máximo: (0,6)

IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO: $\frac{PL}{A REAL}$ = índice máximo: (0,5)

SOLVÊNCIA GERAL: $\frac{PC + PELP}{PC + PELP}$ = índice mínimo: (2,00)

GRAU DE ENDIVIDAMENTO: $\frac{PC + PELP}{PL} \times 100$ = índice máximo: (0,25)

Onde: AC = Ativo Circulante; AD = Ativo Disponível; RLP = Realizável a Longo Prazo; PC = Passivo Circulante; ELP = Exigível a Longo Prazo; PL = Patrimônio Líquido; AP = Ativo Permanente; A REAL = Ativo total diminuído dos valores não passíveis de conversão em dinheiro, tais como ativo diferido, despesas pagas antecipadamente, imposto de renda diferido, etc.

a.3) Será considerada habilitada no quesito capacitação econômica financeira a empresa que atingir os índices acima citados. O cálculo destes indicadores deverá ser expresso em documento, anexo ao balanço. O documento deverá ser assinado por profissional de contabilidade legalmente habilitado e pelo responsável legal da empresa.

b) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias da data designada para a apresentação do documento;

5.2 Não serão aceitos protocolos, documentos em cópia não autenticada, nem documentos com prazo de validade vencido.

5.3 Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de **60 (sessenta) dias** contados a partir da data de emissão, exceto atestados de capacidade técnica e o comprovante de inscrição no CNPJ.

5.4 Termo de declaração assinado pelo técnico responsável devidamente registrado no CRC (Conselho Regional de Contabilidade), que a licitante se enquadra na condição de ME (Microempresa) ou EPP (Empresa de Pequeno Porte) para a empresa que se enquadrar nesta situação e pretender se utilizar dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

6 DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA(ME), EMPRESA DE PEQUENO PORTE(EPP) E COOPERATIVA:

6.1 As ME's, as EPP's e as Cooperativas terão o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/06.

6.2 A condição de ME ou EPP será comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

a) Declaração assinada pelo contador responsável da empresa sob as penas da Lei, indicando se a empresa participante se enquadra como ME ou EPP;

b) No caso de ME ou EPP com início de atividade no ano-calendário corrente, declaração assinada pelo contador responsável da empresa, de que não se enquadra na hipótese do § 10 do art. 3º da LC 123/06 e

c) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do art. 3º da LC nº 123/06.



Estado do Rio Grande do Sul – SANTO AUGUSTO

Secretaria Municipal de Administração

Rua Coronel Julio Pereira dos Santos, 465 – CEP 98590-000

Fone/Fax (55) 3781-4361/5239 – E-mail: compras@santoaugusto.rs.gov.br

6.3 Se a participante do certame for ME ou EPP, devidamente comprovada, a documentação de regularidade fiscal poderá ser regularizada após ser declarada a vencedora, ou seja, para a homologação e posterior elaboração do contrato, conforme estabelece a LC 123/06.

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa e

b) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no §1º do art. 44, da LC 123/06, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6.4 Nas licitações será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as ME e EPP.

6.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

6.6 Sendo vencedora, licitante optante pelo benefício da Lei Complementar nº 123/2006 deverá reapresentar planilha com os valores devidamente atualizados em data anterior à homologação, definida pela Comissão de Licitações.

7 DA PROPOSTA:

7.1 O Envelope nº 02 – PROPOSTA FINANCEIRA, deverá conter a Proposta de Preços, que deverá ser datilografada ou impressa eletronicamente em papel, preferencialmente com identificação da empresa, em 01 (uma) via, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, identificada e assinada na última página e rubricada nas demais pelo representante legal da proponente.

7.2 Na Proposta de Preços deverão constar:

a) Razão social da empresa e nº do CNPJ;

b) Separadamente, o preço da mão-de-obra, o preço do material, e ainda, o preço global (mão-de-obra + material), de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/93;

c) Planilha de quantitativos e custos unitários - Planilha Orçamentária - onde deverão estar incluídos todos os custos com material, mão-de-obra, inclusive o BDI (impostos, taxas, contribuições sociais, lucro do empreendimento, etc.);

d) Cronograma Físico-Financeiro tendo como referencial o integrante deste edital e

e) Declaração expressa do prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.3 O preço global deverá ser apresentado em algarismo e por extenso, expresso em moeda corrente nacional (R\$), considerando as condições deste Edital;

7.4 Nos preços propostos deverão ser considerados todos os encargos previdenciários, fiscais, comerciais, trabalhistas, tributários, embalagens, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, material, mão-de-obra, maquinários, equipamentos, ferramentas, insumos necessários, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre a obra, objeto desta licitação. Também deverão ser considerados os dias e horários, o número de profissionais necessários e, ainda, os locais onde os serviços deverão ser executados.

7.5 Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a execução de todos os serviços, objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da licitante.

7.6 Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste Edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas manifestamente inexecutáveis, presumindo-se como tais, as que contiverem valores irrisórios ou excessivos ou aquelas que ofertarem alternativas.



Estado do Rio Grande do Sul – SANTO AUGUSTO

Secretaria Municipal de Administração

Rua Coronel Julio Pereira dos Santos, 465 – CEP 98590-000

Fone/Fax (55) 3781-4361/5239 – E-mail: compras@santoaugusto.rs.gov.br

7.7 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no Edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta somente no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

7.8 Somente serão aceitas as propostas cujo preço global não exceder o preço global superior a **R\$ 106.416,22 (cento e seis mil, quatrocentos e dezesseis reais e vinte e dois centavos)**.

7.9 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

8 DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

8.1 No dia e hora marcados para entrega dos Envelopes 01 e 02, a Comissão Permanente de Licitações procederá à abertura do envelope que contiver os documentos de habilitação (Envelope nº 01).

8.2 Aberto o Envelope nº 01, os documentos serão rubricados pela Comissão e a seguir, pelos representantes de todos os proponentes credenciados e presentes ao ato.

8.3 Em nenhuma hipótese poderá ser concedido prazo adicional para apresentação de qualquer documento exigido neste Edital e eventualmente não inserido nos Envelopes nºs 01 e 02, exceto quando ocorrer a hipótese do § 3º do art. 48, da Lei Federal nº 8.666/93.

8.4 A Comissão examinará os documentos e considerará habilitados os proponentes que satisfizerem às exigências constantes deste Edital, inabilitando-os em caso contrário.

8.5 A Comissão divulgará a relação dos proponentes habilitados, devolvendo aos inabilitados, se houver representante presente, o Envelope nº 02 sem abri-lo, caso não haja interesse em interposição de recurso relativo a esta fase.

8.6 A Comissão procederá, então, à abertura do Envelope nº 02 dos proponentes habilitados.

8.7 Abertos os envelopes que as contiverem, as propostas serão rubricadas por todos os representantes dos proponentes credenciados presentes ao ato e pela Comissão.

8.7.1 Havendo divergência entre o valor unitário e o global correspondente, prevalecerá o cotado em preço unitário, devendo a Comissão proceder à correção no valor global.

8.8 Procedidas eventuais correções, a Comissão:

8.8.1 Desclassificará, fundamentadamente, as propostas que não atenderem às exigências do Edital e da legislação pertinente ao objeto, bem como as que ofertarem preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis, comparado aos praticados no mercado.

8.8.2 Havendo dúvidas sobre a adequação da proposta ou do orçamento estimado, caberá à Comissão encaminhar o processo ao setor requisitante para que o mesmo verifique a conformidade da proposta com os preços correntes do mercado, os quais deverão ser registrados na ata de julgamento.

8.8.3 Sendo a licitante Cooperativa, será acrescido ao valor da proposta financeira, o percentual equivalente a 15% (quinze por cento), incidente exclusivamente sobre a mão-de-obra. Deste cálculo resultará o valor da proposta, a ser examinado para fins de julgamento. O acréscimo referido fundamenta-se nas disposições da Lei nº 9.876/99 que alterou as Leis nº 8.212/91 e 8.213/91, que impõe ao Município, quando contratar com Cooperativas, a obrigação de recolher 15% (quinze por cento) sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços referente à mão-de-obra.

8.9 A Comissão classificará as propostas, em ordem numérica crescente, a partir da de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

8.9.1 Serão desclassificadas as propostas que apresentarem o valor global superior ao estipulado no item 7.8 (sete ponto oito) do Edital.

8.9.2 Sendo a licitante empresa de pequeno porte – EPP ou Microempresa – ME, terá os privilégios da Lei Complementar 123/06, descritos no item 06 deste Edital, no caso de empate ficto;

8.9.3 Persistindo o empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio público.



8.10 A Comissão lavrará ata dos trabalhos, apontando os fundamentos de eventuais inabilitações ou desclassificações, bem como da seleção efetuada, concluindo pela classificação ordinal dos proponentes.

8.11 Divulgada a ordem de classificação, a Comissão dará vista das propostas, aos representantes dos proponentes.

8.12 Em qualquer fase da licitação, poderá a Comissão promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive quanto à justificativa escrita da composição dos preços constantes da proposta formulada, desde que tais providências não importem em apresentação de novos documentos, que deveriam estar inseridos nos Envelopes nºs 01 ou 02.

8.13 Dos atos praticados pela Comissão Permanente de Licitações, caberá recurso, na forma prevista na Lei nº 8.666/93.

8.13.1 Os recursos e impugnações ao edital deverão ser entregues no Protocolo Central do Centro Administrativo Municipal de SANTO AUGUSTO-RS, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitações, em 01 (uma) via.

8.13.2 Não serão aceitos recursos e impugnações ao Edital enviado por qualquer tipo de via postal, fax ou e-mail.

8.14 Decorrido os prazos de recurso, sem que nenhum tenha sido interposto, ou decididos os porventura interpostos, a Comissão remeterá o processo ao Sr. Prefeito Municipal, para homologação e adjudicação do objeto.

8.15 Os envelopes de habilitação ou proposta dos proponentes que forem inabilitados ou desclassificados e que não forem retirados pelos mesmos, permanecerão em poder da Comissão pelo prazo de 30 (trinta) dias, sendo após esse prazo serão incinerados.

9 DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO:

9.1 As impugnações ao presente ato convocatório serão recebidas na Secretaria Municipal de Administração de Santo Augusto-RS, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitações, nos termos e prazos estabelecidos no art. 41, da Lei nº 8666/93.

9.2 Caberá a autoridade competente decidir sobre a impugnação em até 03 (três) dias úteis, sendo lícita a participação da impugnante no processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão.

10 DO PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

10.1 Homologada a licitação pela autoridade competente do Município, a licitante vencedora do certame será convocada oficialmente para, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, assinar o Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

10.2 Fica facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 desta Lei.

10.3 A empresa contratada deverá fornecer, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da "Ordem para Início das Obras" a ART de Execução quitada.

11 DO CONTRATO E DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

11.1 O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666/93, observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

11.2 O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo Município a todo e



Estado do Rio Grande do Sul – SANTO AUGUSTO

Secretaria Municipal de Administração

Rua Coronel Julio Pereira dos Santos, 465 – CEP 98590-000

Fone/Fax (55) 3781-4361/5239 – E-mail: compras@santoaugusto.rs.gov.br

qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

11.3 Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

11.4 A vigência contratual iniciar-se-á a partir da data do recebimento da “Ordem para Início das Obras” e será findada na data da assinatura do Termo de Recebimento Provisório.

11.5 O prazo para conclusão das obras, objeto do presente edital, é de **03 (três) meses**, contados a partir da data da “Ordem para Início das Obras”, expedida pelo Setor de Engenharia do Município.

12 DOS RECURSOS:

Em todas as fases da presente licitação serão admitidos e processados recursos, em conformidade com o disposto nos incisos, alíneas e parágrafos do Art. 109, da Lei nº 8.666/93 e deverão ser dirigidos, por escrito, ao Prefeito Municipal, através da Comissão de Licitação, e protocolados no Setor de Protocolo Geral, devendo constar no envelope o número da respectiva licitação.

13 DA FISCALIZAÇÃO:

13.1 O objeto desta licitação será fiscalizado pela Secretária Municipal de Saúde – SMS ou por servidor(es) devidamente designado(s) para este fim e pela Engenheira do CONTRATANTE, com autoridade para exercer em nome do CONTRATANTE toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização.

13.2 A fiscalização poderá determinar a ônus da CONTRATADA a substituição dos serviços e materiais julgados deficientes ou não-conformes com as especificações definidas no projeto, cabendo à CONTRATADA providenciar a troca dos mesmos no prazo máximo definido pela fiscalização, sem direito à extensão do prazo final de execução dos serviços.

13.3 A CONTRATADA só poderá iniciar a obra após assinatura do contrato e mediante o recebimento da “Autorização para Início das Obras”.

13.4 Compete à fiscalização da obra pela equipe do CONTRATANTE, entre outras atribuições:

13.4.1 Verificar a conformidade da execução dos serviços com as normas especificadas em caderno de especificações técnicas, memoriais descritivos, plantas e planilhas orçamentárias e adequação dos procedimentos e materiais empregados à qualidade desejada para as obras;

13.4.2 Ordenar à CONTRATADA corrigir, refazer ou reconstruir as partes das obras executadas com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações técnicas;

13.4.3 Manter organizado e atualizado o Livro Diário, assinado por técnico da CONTRATADA e por servidor designado pelo CONTRATANTE, onde a referida CONTRATADA registre, em cada visita:

a) as atividades desenvolvidas;

b) as ocorrências ou observações descritas de forma analítica;

13.4.4 Encaminhar ao CONTRATANTE o documento no qual relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas a CONTRATADA.

13.5 A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

13.6 Em caso de dúvidas quanto à interpretação das especificações constantes do Memorial Descritivo e do Projeto Técnico será sempre consultada a Fiscalização, sendo desta o parecer definitivo. A decisão tomada pela Fiscalização deverá ser comunicada à CONTRATADA obrigatoriamente de forma escrita.

13.7 Na fiscalização serão ainda observadas as demais condições relacionadas no instrumento contratual.

14 DAS MEDIÇÕES:

14.1 As medições das obras estarão vinculadas ao cronograma de execução físico-financeiro.

14.2 A cada alteração contratual, por acréscimo ou diminuição do objeto, valor ou prazo do contrato, será acordado novo cronograma para as obras a se realizarem, com prevalência do interesse da Administração.



Estado do Rio Grande do Sul – SANTO AUGUSTO

Secretaria Municipal de Administração

Rua Coronel Julio Pereira dos Santos, 465 – CEP 98590-000

Fone/Fax (55) 3781-4361/5239 – E-mail: compras@santoaugusto.rs.gov.br

14.3 A programação financeira será sistematicamente atualizada e será passível de reformulação quando fatores supervenientes o justificarem a exclusivo critério da Administração, estabelecendo-se desta forma, a programação para efeito de pagamento das medições.

14.4 O processo das medições obedecerá a seguinte sistemática:

a) A empresa CONTRATADA deverá elaborar o Boletim de Medição, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro e protocolar no Protocolo Geral do Centro Administrativo Municipal, sito na Rua Coronel Júlio Pereira dos Santos, nº 465, Bairro Centro, Santo Augusto-RS;

b) Não serão considerados nas medições, quaisquer serviços executados sem a expedição da respectiva "Autorização de Serviço";

c) Protocolada a medição o Setor de Engenharia do CONTRATANTE atestará a medição, através de Laudo de Liberação;

d) A CONTRATADA somente poderá emitir fatura após a cientificação da emissão, pelo CONTRATANTE, do respectivo Atestado de Medição.

15 DO PAGAMENTO:

15.1 O pagamento será efetuado em 03 (três) parcelas, conforme cronograma físico-financeiro.

15.2 O pagamento será efetuado, em até 05 (cinco) dia úteis, contados do protocolo do Boletim de Medição, elaborado pela empresa CONTRATADA (com base no Cronograma Físico-Financeiro) e da expedição do Laudo de liberação pelo Setor de Engenharia do CONTRATANTE, dando conta da conclusão da etapa.

15.3 Os pagamentos somente serão efetuados mediante a retenção, se cabíveis, do INSS e do ISS, de acordo com a legislação aplicável a matéria, vigente por ocasião dos pagamentos.

15.4 A inadimplência da licitante vencedora com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações, não transfere ao Município, a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o art. 71, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

15.5 As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país e somente serão aceitas quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

15.6 A razão social e o CNPJ da contratada constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

15.7 A CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasura, e em letra bem legível, o seguinte: número de sua conta corrente, nome do Banco e a respectiva Agência, número do Contrato firmado com o Município, número do procedimento licitatório e sua modalidade.

15.8 Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

15.9 O CONTRATANTE pagará a Nota Fiscal/Fatura somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

15.10 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao CONTRATANTE.

15.11 Os pagamentos em atraso, somente serão corrigidos monetariamente, caso derivar de culpa do CONTRATANTE. Neste caso, incidirá correção calculada pela variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo a ser aplicado sobre o total do débito em atraso.

16 DAS OBRIGAÇÕES:

16.1 DO MUNICÍPIO:

a) Permitir que os empregados da CONTRATADA possam ter acesso aos locais de execução das obras;

Rua Cel. Júlio Pereira dos Santos, 465 – Fone: (55) 3781 – 4368 – e-mail: compras@santoaugusto.rs.gov.br – CEP: 98.590-000 – Santo Augusto – RS

“NÃO USE DROGAS, DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS”



Estado do Rio Grande do Sul – SANTO AUGUSTO

Secretaria Municipal de Administração

Rua Coronel Julio Pereira dos Santos, 465 – CEP 98590-000

Fone/Fax (55) 3781-4361/5239 – E-mail: compras@santoaugusto.rs.gov.br

- b)** Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;
- c)** Notificar por escrito à CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- d)** Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;
- e)** Proceder ao recebimento provisório e, não havendo mais pendências, ao recebimento definitivo da obra, nos termos da Lei nº 8.666/93, em seu art. 73, inciso I;
- f)** Reter parcelas do pagamento de valores eventualmente devidos à CONTRATADA, enquanto esta não satisfizer o pagamento da integralidade dos danos causados ao e/ou terceiros;
- g)** Expedir Anotação de Responsabilidade Técnica-ART, em relação ao projeto e fiscalização das obras;
- h)** Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;
- i)** Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo avençado, em conformidade com o Cronograma Físico-Financeiro, com medição e a entrega da Nota Fiscal correspondente;
- j)** Aplicar penalidades à CONTRATADA, quando for o caso;
- l)** Atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo término da prestação de serviço do objeto desta licitação e
- m)** Outras obrigações decorrentes do integral cumprimento do objeto contratado.

16.2 DA CONTRATADA:

- a)** A responsabilidade por todas as despesas e providências necessárias à realização do objeto, bem como de estada, alimentação, transporte, encargos trabalhistas, previdenciários, securitários e fiscais, decorrentes da execução do objeto do presente e quaisquer despesas acessórias e necessárias não especificadas nesse edital;
- b)** Executar o objeto de acordo com as especificações e prazos determinados, atendendo às normas técnicas e legais vigentes, bem como condições e garantias técnicas atinentes à matéria, de modo a resguardar, sob qualquer aspecto, a segurança e o interesse do CONTRATANTE;
- c)** Manter a equipe executora das obras identificada;
- d)** Empregar boa técnica na execução das obras, com materiais de primeira qualidade, de acordo com o previsto no Projeto Técnico;
- e)** Executar todas as obras complementares julgadas necessárias para que o local tenha condições de uso satisfatório;
- f)** Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes e das normas técnicas vigentes na utilização/aplicação dos materiais industrializados e dos de emprego especial, pois caberá à CONTRATADA, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e os ônus decorrentes de sua má utilização/aplicação;
- g)** Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- h)** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação para execução exigidas na licitação;
- i)** Expedir Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, em relação a execução das obras;
- j)** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite legal;
- l)** Não subcontratar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto, ainda que parcial, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível de penalidade, salvo em caso de autorização expressa do município;
- m)** Respeitar e exigir que o seu pessoal respeite a legislação sobre segurança, higiene e medicina do trabalho e sua regulamentação, devendo fornecer aos seus empregados, os respectivos Equipamentos de Proteção Individual de Segurança - EPI's;
- n)** Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Município, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos na via pública junto à execução dos serviços;
- o)** Dar o destino adequado aos resíduos da obra e entregar o local das obras limpo, sem instalações provisórias e livres de entulho ou quaisquer outros elementos que possam impedir a utilização imediata, bem como devidamente nivelado a parte referente ao passeio;
- p)** Corrigir e/ou refazer os serviços e substituir os materiais não aprovados pela fiscalização do Município, caso os mesmos não atendam às especificações constantes no Projeto Executivo;
- q)** Recuperar áreas ou bens não incluídos no seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações a danificá-los;
- r)** Permitir o livre acesso da fiscalização do CONTRATANTE, bem como dos órgãos de controle, aos locais onde serão realizadas as obras e entregues os materiais e aos documentos e registros contábeis da empresa



CONTRATADA, sujeitando-se no caso de embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação de tais servidores e órgãos a responsabilização administrativa, civil e penal e

s) Outras obrigações decorrentes do integral cumprimento do objeto contratado.

17 DAS PENALIDADES:

17.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de Proponente ou de Contratada, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às penalidades previstas no art. 87 da Lei 8.666/93, das quais destacam-se:

- a)** Advertência, em qualquer caso;
- b)** Multa de 2% (dois por cento) do valor da proposta e, suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal pelo prazo de 06 (seis) meses, pela recusa injustificada de apresentação das documentações exigida no certame e/ou das garantias previstas neste edital, contados da data de convocação feita por escrito pelo Município;
- c)** Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor estimado para o contrato, por dia de atraso injustificado na execução do serviço, até o limite de 10 (dez) dias úteis, mesmo na sua entrega total ou de suas etapas, além dos prazos estipulados neste edital;
- d)** Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado para o contrato e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal pelo prazo de 02 (dois) anos, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;
- e)** Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, por reincidência em imperfeição, quando já notificada pelo Município, sendo que a Contratada terá um prazo de até 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação dos serviços.
- f)** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato, e Suspensão temporária de participação em licitações, com impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de 01 (um) ano, em caso de inexecução parcial do contrato.
- g)** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato e Suspensão temporária de participação em licitações, com impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02 (dois) anos, em caso de inexecução total do contrato.
- h)** Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

17.2 As penalidades serão registradas no cadastro da CONTRATADA, quando for o caso.

17.3 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

17.4 Os valores das multas aplicadas deverão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

18 DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

18.1 Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

- I PROVISORIAMENTE**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro de 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA;
- II DEFINITIVAMENTE**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais e após a verificação de qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

18.2 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do contrato.

18.3 A contratante rejeitará no todo ou em parte, obra ou serviço que estiver em desacordo com o contrato e as demais disposições do presente Edital.

19 DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DO REAJUSTE:

19.1 Ocorrendo às hipóteses previstas no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93, será concedido



reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual;

19.2 Não haverá reajuste de preços durante a vigência do contrato.

20 DA RESCISÃO CONTRATUAL:

O Contrato poderá ser rescindido, mediante termo próprio:

20.1 Por mútuo consenso, a qualquer tempo, recebendo a CONTRATADA, nesta hipótese, o valor dos serviços que prestar até a data da ordem de paralisação dos serviços, excluído o montante dos encargos a pagar.

20.2 Pelo CONTRATANTE, mediante aviso por escrito, com 10 (dez) dias de antecedência, apresentados os motivos determinantes da rescisão, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA direito à indenização de qualquer espécie, quando esta:

- a)** não cumprir quaisquer das obrigações assumidas;
- b)** não recolher, nos prazos determinados, as multas impostas.

20.3 Pela CONTRATADA, mediante aviso por escrito, com 10 (dez) dias de antecedência, apresentados os motivos determinantes da rescisão.

20.4 Ficam reconhecidos os direitos do CONTRATANTE, previstos nos arts. 77 à 79, da Lei nº 8.666/93 em tudo que diz respeito à rescisão do presente Contrato.

21 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Os recursos financeiros que darão suporte a realização da obra, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 4490/61-330 e 4490/61-518, constantes do orçamento vigente.

22 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

22.1 Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa a presente licitação.

22.2 A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato supervenientes, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado da autoridade competente.

22.3 As licitantes deverão observar atentamente as normas deste Edital.

21.4 É facultada à Comissão de licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

21.5 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.6 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.

21.7 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.

21.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o de vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Município. Considerar-se-ão dias corridos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.



Estado do Rio Grande do Sul – SANTO AUGUSTO

Secretaria Municipal de Administração

Rua Coronel Julio Pereira dos Santos, 465 – CEP 98590-000

Fone/Fax (55) 3781-4361/5239 – E-mail: compras@santoaugusto.rs.gov.br

21.9 Decorridos 120 (cento e vinte) dias da data da entrega das propostas de preços, sem convocação para contratação ou pedido de prorrogação da validade, a CONTRATADA ficará liberada dos compromissos assumidos neste certame, exceto se houver prorrogação deste prazo.

21.10 Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital e seus anexos deverá ser encaminhado por escrito à Comissão de Licitação, protocolado no Protocolo Geral do Município, localizado no hall de entrada do Centro Administrativo Municipal.

21.11 O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pela Comissão Permanente de Licitações e representantes credenciados dos proponentes.

21.12 A homologação do resultado desta licitação gera mera expectativa de direito à contratação.

21.13 Quaisquer supressões ou acréscimos de serviços serão calculados pelos custos unitários da proposta inicial.

21.14 Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela Comissão Permanente de Licitações obedecida a legislação vigente.

21.15 Fazem parte deste Edital:

- a) Modelo de Declaração de Idoneidade - Anexo I
- b) Modelo de Credenciamento - Anexo II
- c) Modelo de Procuração - Anexo III
- d) Modelo de Declaração de Pleno Conhecimento do Edital e seus Anexos - Anexo IV
- e) Minuta de Contrato - Anexo V
- f) Projeto Técnico – Anexo VI

21.16 Maiores informações serão prestadas aos interessados no horário das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, no Centro Administrativo Municipal de Santo Augusto, Departamento de Compras e Licitações, sito na Rua Júlio Pereira dos Santos, 465, 3º piso, em Santo Augusto-RS ou pelo telefone nº (XX) 55 3781-5239 – Ramal 238 ou 213.

21.17 Fica eleito e convencionado para fins legais e para questões derivadas dessa licitação, o Foro da Comarca de Santo Augusto-RS, com renúncia expressa a qualquer outro.

Santo Augusto(RS), 29 de agosto de 2013

José Luiz Andrighetto
Prefeito Municipal



ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ (número), sediada na Rua _____, nº _____, (Bairro/Cidade), através de seu Diretor ou Representante Legal (qualificação), DECLARA, sob as penas da Lei, que:

- a) Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- b) Não está impedido de transacionar com a Administração Pública;
- c) Não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 05 (cinco) anos;
- d) Não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Lei Federal 8.666/93 e alterações.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente

Local e Data _____, ____ de _____ de 2013

Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal
Razão Social e Carimbo do CNPJ

ANEXO II - MODELO DE CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador (a) da cédula de identidade nº _____ e CPF nº _____, cargo _____ a participar da licitação instaurada pelo Município de SANTO AUGUSTO-RS, na Modalidade de **TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2013**, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, CNPJ nº _____, bem como formular propostas e praticar todos os atos inerentes ao certame.

Local e Data _____, ____ de _____ de 2013

Assinatura do(s) dirigente(s) da empresa
(firma reconhecida)

ANEXO III - MODELO DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: qualificação [Nome, endereço, razão social, etc.] da Empresa.

OUTORGADO: representante devidamente qualificado.

OBJETO: representar a outorgante em atos relativos à **TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2013 DO MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO-RS**.

PODERES: Retirar editais, apresentar documentação e propostas, participar de sessões públicas de habilitação e julgamento da Documentação, assinar as respectivas atas, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, renunciar ao direito de recursos, bem como assinar todos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Obs: Se de interesse da Outorgante, poderão ser acrescentados outros poderes tais como: assinar propostas, contratos, aditivos, etc.

Local e Data _____, ____ de _____ de 2013

Outorgante

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO EDITAL E SEUS ANEXOS

A Empresa [Razão Social da Licitante], através da presente, declara para os devidos fins, que tem pleno conhecimento do Edital e seus Anexos e de que se sujeita a todas as condições estabelecidas e assume integral responsabilidade pela autenticidade e veracidade dos dados e documentos apresentados referente à **TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2013**.

E por ser verdade, assina a presente declaração sob as penas da lei.

Local e Data _____, ____ de _____ de 2013

Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal
Razão Social e Carimbo do CNPJ



ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS – EMPREITADA GLOBAL Nº /2013

1 DAS PARTES:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO - RS, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa sita na Rua Coronel Júlio Pereira dos Santos, n.º 465, Santo Augusto-RS, inscrito no CNPJ n.º 87.613.105/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **José Luiz Andrighetto**, brasileiro, casado, portador do CPF n.º 290.554.740-53, Carteira de Identidade n.º 8006985512, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, n.º 947, Bairro Centro, na cidade de Santo Augusto-RS.

CONTRATADA: _____, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ n.º _____, estabelecida na Rua _____, n.º _____, _____, no Município de _____, neste ato representado pelo seu proprietário Sr. _____, _____, _____, portador da Carteira de Identidade n.º _____-SSP/RS, CPF n.º _____, residente e domiciliado na Rua _____, n.º _____, no Município de _____.

2 DO OBJETO:

Contratação para execução de 20 (vinte) módulos sanitários domiciliares com fossa séptica e sumidouro, com recursos do Convênio n.º 187/2012, que entre si celebram o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria da Saúde e o Município de Santo Augusto-RS, objetivando a construção de módulos sanitários no Município de Santo Augusto (Processo n.º 088532-2000/11-4), na área urbana do Município, compreendendo o fornecimento de materiais e serviços necessários, conforme projeto técnico anexo (ANEXO 02), que passa a fazer parte do presente Edital para todos os efeitos legais.

3 DAS OBRIGAÇÕES:

3.1 DO MUNICÍPIO:

- a) Permitir que os empregados da CONTRATADA possam ter acesso aos locais de execução das obras;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;
- c) Notificar por escrito à CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- d) Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;
- e) Proceder ao recebimento provisório e, não havendo mais pendências, ao recebimento definitivo da obra, nos termos da Lei n.º 8.666/93, em seu art. 73, inciso I;
- f) Reter parcelas do pagamento de valores eventualmente devidos à CONTRATADA, enquanto esta não satisfizer o pagamento da integralidade dos danos causados ao e/ou terceiros;
- g) Expedir Anotação de Responsabilidade Técnica-ART, em relação ao projeto e fiscalização das obras;
- h) Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;
- i) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo avençado, em conformidade com o Cronograma Físico-Financeiro, com medição e a entrega da Nota Fiscal correspondente;
- j) Aplicar penalidades à CONTRATADA, quando for o caso;
- l) Atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo término da prestação de serviço do objeto desta licitação e
- m) Outras obrigações decorrentes do integral cumprimento do objeto contratado.

3.2 DA CONTRATADA:

- a) A responsabilidade por todas as despesas e providências necessárias à realização do objeto, bem como de estada, alimentação, transporte, encargos trabalhistas, previdenciários, securitários e fiscais, decorrentes da execução do objeto do presente e quaisquer despesas acessórias e necessárias não especificadas nesse edital;
- b) Executar o objeto de acordo com as especificações e prazos determinados, atendendo às normas técnicas e legais vigentes, bem como condições e garantias técnicas atinentes à matéria, de modo a resguardar, sob qualquer aspecto, a segurança e o interesse do CONTRATANTE;
- c) Manter a equipe executora das obras identificada;
- d) Empregar boa técnica na execução das obras, com materiais de primeira qualidade, de acordo com o previsto no Projeto Técnico;
- e) Executar todas as obras complementares julgadas necessárias para que o local tenha condições de uso satisfatório;
- f) Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes e das normas técnicas vigentes na utilização/aplicação dos materiais industrializados e dos de emprego especial, pois caberá à CONTRATADA, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e os ônus decorrentes de sua má utilização/aplicação;
- g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação para execução exigidas na licitação;
- i) Expedir Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, em relação a execução das obras;
- j) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite legal;
- l) Não subcontratar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto, ainda que parcial, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível de penalidade, salvo em caso de autorização expressa do município;
- m) Respeitar e exigir que o seu pessoal respeite a legislação sobre segurança, higiene e medicina do trabalho e sua regulamentação, devendo fornecer aos seus empregados, os respectivos Equipamentos de Proteção Individual de Segurança - EPI's;
- n) Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Município, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos na via pública junto à execução dos serviços;



- o)** Dar o destino adequado aos resíduos da obra e entregar o local das obras limpo, sem instalações provisórias e livres de entulho ou quaisquer outros elementos que possam impedir a utilização imediata, bem como devidamente nivelado a parte referente ao passeio;
- p)** Corrigir e/ou refazer os serviços e substituir os materiais não aprovados pela fiscalização do Município, caso os mesmos não atendam às especificações constantes no Projeto Executivo;
- q)** Recuperar áreas ou bens não incluídos no seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações a danificá-los;
- r)** Permitir o livre acesso da fiscalização do CONTRATANTE, bem como dos órgãos de controle, aos locais onde serão realizadas as obras e entregues os materiais e aos documentos e registros contábeis da empresa CONTRATADA, sujeitando-se no caso de embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação de tais servidores e órgãos a responsabilização administrativa, civil e penal e
- s)** Outras obrigações decorrentes do integral cumprimento do objeto contratado.

4 DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

4.1 A vigência contratual iniciar-se-á a partir da data do recebimento da “Ordem para Início das Obras” e será findada na data da assinatura do Termo de Recebimento Provisório.

4.2 O prazo para conclusão das obras, objeto do presente edital, é de **03 (três) meses**, contados a partir da data da “Ordem para Início das Obras”, expedida pelo Setor de Engenharia do Município.

5 DAS MEDIÇÕES:

5.1 As medições das obras estarão vinculadas ao cronograma de execução físico-financeiro.

5.2 A cada alteração contratual, por acréscimo ou diminuição do objeto, valor ou prazo do contrato, será acordado novo cronograma para as obras a se realizarem, com prevalência do interesse da Administração.

5.3 A programação financeira será sistematicamente atualizada e será passível de reformulação quando fatores supervenientes o justificarem a exclusivo critério da Administração, estabelecendo-se desta forma, a programação para efeito de pagamento das medições.

5.4 O processo das medições obedecerá a seguinte sistemática:

- a)** A empresa CONTRATADA deverá elaborar o Boletim de Medição, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro e protocolar no Protocolo Geral do Centro Administrativo Municipal, sito na Rua Coronel Júlio Pereira dos Santos, nº 465, Bairro Centro, Santo Augusto-RS;
- b)** Não serão considerados nas medições, quaisquer serviços executados sem a expedição da respectiva “Autorização de Serviço”;
- c)** Protocolada a medição o Setor de Engenharia do CONTRATANTE atestará a medição, através de Laudo de Liberação;
- d)** A CONTRATADA somente poderá emitir fatura após a cientificação da emissão, pelo CONTRATANTE, do respectivo Atestado de Medição.

6 DO VALOR E DO PAGAMENTO:

6.1 O preço a ser pago pela à CONTRATADA, para a execução do objeto descrito, nas condições estipuladas, será de R\$ _____ (_____), sendo R\$ _____ (_____) de mão-de-obra e R\$ _____ (_____) de materiais.

6.2 O pagamento será efetuado, em até 05 (cinco) dia úteis, contados do protocolo do Boletim de Medição, elaborado pela empresa CONTRATADA (com base no Cronograma Físico-Financeiro) e da expedição do Laudo de liberação pelo Setor de Engenharia do CONTRATANTE, dando conta da conclusão da etapa.

6.3 Os pagamentos somente serão efetuados mediante a retenção, se cabíveis, do INSS e do ISS, de acordo com a legislação aplicável a matéria, vigente por ocasião dos pagamentos.

6.4 A inadimplência da licitante vencedora com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações, não transfere ao Município, a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o art. 71, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

6.4 As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país e somente serão aceitas quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

6.5 A razão social e o CNPJ da contratada constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

6.6 A CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasura, e em letra bem legível, o seguinte: número de sua conta corrente, nome do Banco e a respectiva Agência, número do Contrato firmado com o Município, número do procedimento licitatório e sua modalidade.

6.7 Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

6.8 O CONTRATANTE pagará a Nota Fiscal/Fatura somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

6.9 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao CONTRATANTE.



6.10 Os pagamentos em atraso, somente serão corrigidos monetariamente, caso derivar de culpa do CONTRATANTE. Neste caso, incidirá correção calculada pela variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo a ser aplicado sobre o total do débito em atraso.

7 DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DO REAJUSTE:

7.1 Ocorrendo às hipóteses previstas no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual;

7.2 Não haverá reajuste de preços durante a vigência do contrato.

8 DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

8.1 Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

I PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro de 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA;

II DEFINITIVAMENTE, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais e após a verificação de qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação.

8.2 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do contrato.

8.3 A contratante rejeitará no todo ou em parte, obra ou serviço que estiver em desacordo com o contrato e as demais disposições do presente Edital.

9 DAS PENALIDADES:

9.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de Proponente ou de Contratada, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às penalidades previstas no art. 87 da Lei 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência, em qualquer caso;

b) Multa de 2% (dois por cento) do valor da proposta e, suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal pelo prazo de 06 (seis) meses, pela recusa injustificada de apresentação das documentações exigida no certame e/ou das garantias previstas neste edital, contados da data de convocação feita por escrito pelo Município;

c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor estimado para o contrato, por dia de atraso injustificado na execução do serviço, até o limite de 10 (dez) dias úteis, mesmo na sua entrega total ou de suas etapas, além dos prazos estipulados neste edital;

d) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado para o contrato e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal pelo prazo de 02 (dois) anos, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;

e) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, por reincidência em imperfeição, quando já notificada pelo Município, sendo que a Contratada terá um prazo de até 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação dos serviços.

f) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato, e Suspensão temporária de participação em licitações, com impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de 01 (um) ano, em caso de inexecução parcial do contrato.

g) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato e Suspensão temporária de participação em licitações, com impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02 (dois) anos, em caso de inexecução total do contrato.

h) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

9.2 As penalidades serão registradas no cadastro da CONTRATADA, quando for o caso.

9.3 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.4 Os valores das multas aplicadas deverão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

10 DA FISCALIZAÇÃO:

10.1 O objeto desta licitação será fiscalizado pela Secretária Municipal de Saúde - SMS ou por servidor(es) devidamente designado(s) para este fim e pela Engenheira do CONTRATANTE, com autoridade para exercer em nome do CONTRATANTE toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização.

10.2 A fiscalização poderá determinar a ônus da CONTRATADA a substituição dos serviços e materiais julgados deficientes ou não-conformes com as especificações definidas no projeto, cabendo à CONTRATADA providenciar a troca dos mesmos no prazo máximo definido pela fiscalização, sem direito à extensão do prazo final de execução dos serviços.

10.3 A CONTRATADA só poderá iniciar a obra após assinatura do contrato e mediante o recebimento da "Autorização para Início das Obras".

10.4 Compete à fiscalização da obra pela equipe do CONTRATANTE, entre outras atribuições:

10.4.1 Verificar a conformidade da execução dos serviços com as normas especificadas em caderno de especificações técnicas, memoriais descritivos, plantas e planilhas orçamentárias e adequação dos procedimentos e materiais empregados à qualidade desejada para as obras;



Estado do Rio Grande do Sul – **SANTO AUGUSTO**
Secretaria Municipal de Administração
Rua Coronel Julio Pereira dos Santos, 465 – CEP 98590-000
Fone/Fax (55) 3781-4361/5239 – E-mail: compras@santoaugusto.rs.gov.br

10.4.2 Ordenar à CONTRATADA corrigir, refazer ou reconstruir as partes das obras executadas com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações técnicas;

10.4.3 Manter organizado e atualizado o Livro Diário, assinado por técnico da CONTRATADA e por servidor designado pelo CONTRATANTE, onde a referida CONTRATADA registre, em cada visita:

a) as atividades desenvolvidas;

b) as ocorrências ou observações descritas de forma analítica;

10.4.4 Encaminhar ao CONTRATANTE o documento no qual relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas a CONTRATADA.

10.5 A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

10.6 Em caso de dúvidas quanto à interpretação das especificações constantes do Memorial Descritivo e do Projeto Técnico será sempre consultada a Fiscalização, sendo desta o parecer definitivo. A decisão tomada pela Fiscalização deverá ser comunicada à CONTRATADA obrigatoriamente de forma escrita.

10.7 Na fiscalização serão ainda observadas as demais condições relacionadas no instrumento contratual.

11 DA RESCISÃO:

O Contrato poderá ser rescindido, mediante termo próprio:

11.1 Por mútuo consenso, a qualquer tempo, recebendo a CONTRATADA, nesta hipótese, o valor dos serviços que prestar até a data da ordem de paralisação dos serviços, excluído o montante dos encargos a pagar.

11.2 Pelo CONTRATANTE, mediante aviso por escrito, com 10 (dez) dias de antecedência, apresentados os motivos determinantes da rescisão, independente de interposição judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA direito à indenização de qualquer espécie, quando esta:

a) não cumprir quaisquer das obrigações assumidas;

b) não recolher, nos prazos determinados, as multas impostas.

11.3 Pela CONTRATADA, mediante aviso por escrito, com 10 (dez) dias de antecedência, apresentados os motivos determinantes da rescisão.

11.4 Ficam reconhecidos os direitos do CONTRATANTE, previstos nos arts. 77 à 79 da Lei nº 8.666/93 em tudo que diz respeito à rescisão do presente Contrato.

12 DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS:

Aplicar-se-ão, com relação à execução, alteração, inexecução e extinção, com pertinência ao presente Contrato, no que couber, as normas estabelecidas na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

13 DO PROCESSO LICITATÓRIO:

O presente Contrato resulta do Processo Licitatório, modalidade **Tomada de Preços nº 005/2013, de 29/08/2013.**

14 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Os recursos financeiros que darão suporte a realização da obra, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 4490/61-330 e 4490/61-518, constantes do orçamento vigente.

15 DO FORO:

As partes, de pleno e comum acordo, elegem o Foro da Comarca de Santo Augusto, para dirimir quaisquer litígios, decorrentes do presente, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por se acharem plenamente justos e contratados, firmam o presente em quatro (4) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Santo Augusto/RS, em ____ de _____ de 2013

JOSÉ LUIZ ANDRIGHETTO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas: _____
CPF: _____

CPF: _____



Estado do Rio Grande do Sul – SANTO AUGUSTO
Secretaria Municipal de Administração
Rua Coronel Julio Pereira dos Santos, 465 – CEP 98590-000
Fone/Fax (55) 3781-4361/5239 – E-mail: compras@santoaugusto.rs.gov.br

ANEXO VI – PROJETO TÉCNICO



MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO
SERVIÇOS DE ENGENHARIA

**MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE PROJETO –
MÓDULO SANITÁRIO DOMICILIAR COM FOSSA SÉPTICA E SUMIDOURO**

OBRA: Módulo Sanitário Domiciliar / Fossa Séptica / Sumidouro
ÁREA: 3,36m²
LOCAL: - SANTO AUGUSTO/RS.

GENERALIDADES

O presente memorial tem por objetivo especificar as características mínimas dos materiais a serem empregados na construção de *Módulo Sanitário Domiciliar, Fossa Séptica e Sumidouro*, bem como orientar a execução dos mesmos. Serão 20 (vinte) módulos na (Santo augusto/RS).

1. MÓDULO SANITÁRIO DOMICILIAR – A = 3,36m².

1.1 INSTALAÇÃO DA OBRA

Deverá ser procedida a limpeza do terreno, removendo-se quaisquer detritos ou entulhos que existam e que possam prejudicar a locação da obra, tráfego de pessoas ou máquinas, bem como será feita a remoção do solo orgânico, visando obter o nível adequado à sua implantação.

Deverá ser utilizada placa de obra padrão FUNASA, cujo modelo encontra-se no caderno de encargos. As locações dos Módulos Sanitários Domiciliares deverão ser efetuadas de acordo com projeto em anexo, de forma a permitir ligação com a habitação, visando o conforto e funcionalidade do projeto – será definido caso a caso em conjunto com a fiscalização e o morador. As locações somente poderão ser executadas com a presença da fiscalização, uma vez que em cada aldeia será realizada uma reunião para a definição das economias contempladas.

1.2 MOVIMENTO DE TERRA

A abertura das valas de fundação deverá ser executada manualmente, a uma profundidade mínima de 40cm e largura de 25cm.

Serão oportunamente aterrados os espaços compreendidos pelos paramentos internos dos alicerces, em camadas sucessivas de 20cm, molhadas e apiloadas manualmente para evitar recalques ou assentamentos.

O material a ser utilizado para aterro deverá ser isento de matéria orgânica, torrões, pedras ou detritos.

1.3 FUNDAÇÕES

Deverão ser executadas em concreto ciclópico, com as dimensões especificadas em planta, assentadas em solo firme e seco, compactado, utilizando brita n° 2, com porcentagem superior a 30%, devendo as mesmas ficar totalmente imersas e envolvidas pelo concreto.

Sobre esta base, deverá ser executada regularização em alvenaria de tijolos maciços.

1.4 ALVENARIA

As paredes deverão ser executadas em alvenaria de tijolos 06 furos, assentados com argamassa traço 1:2:8 (cimento, cal e areia). As espessuras das paredes estão especificadas no projeto em anexo.

Antes do assentamento, os tijolos deverão ser molhados, evitando assim a absorção rápida da água da argamassa de assentamento. A alvenaria externa deverá ser totalmente pintada com cal (3 demãos) e interna pintada com tinta esmalte brilhante.

1.5 REVESTIMENTOS DE PAREDES

As paredes internas e externas deverão ser chapiscadas e rebocadas, de acordo com especificações abaixo relacionadas:

- chapisco: espessura 7mm, traço 1:3 (cimento e areia)
- reboco (massa única): espessura 15mm, traço 1:5 (cal, areia) + 20% cimento

1.6 COBERTURA

A estrutura do telhado deverá ser em madeira de boa qualidade, devidamente seca, sem emendas e tratada (protegida contra a ação dos cupins). Será vetado o uso de madeiras de pouca resistência, tais como pinus e semelhantes.

A cobertura deverá ser composta de telhas onduladas de fibrocimento, espessura 6mm, com inclinação de 10%.

A fixação das telhas ao madeiramento deverá ser através de parafusos apropriados, com arruela de vedação.


Joana Parnoff Belle
Engenheira Civil
CREA-RS 183.216



1.7 PAVIMENTAÇÃO

Deverá ser executado contrapiso, espessura 5cm, na área interna do módulo sanitário. Para a execução do contrapiso, o aterro interno deverá estar devidamente compactado e nivelado. Junto ao box, deverá ser observado caimento de 1% em direção ao ralo, garantindo assim o perfeito escoamento da água. Sobre o contrapiso interno, deverá ser assentado piso cerâmico na cor branca, com dimensões 20cmx20cm, de boa qualidade e antiderrapante - com rejuntamento de 3mm (utilizar espaçadores) na cor branca. O piso cerâmico deverá ser colado com cimento cola espalhado uniformemente.

1.8 ESQUADRIAS

A porta externa será metálica (em ferro laminado) pintada, com dimensões de 0,60x2,10m, fixada ao marco metálico através de 03 dobradiças, dotada de fechadura com maçaneta metálica de boa qualidade. A janela do banheiro será metálica pintada, com dimensões de 50x50cm, tipo basculante, perfil cantoneira (com vidros).

1.9 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

A instalação elétrica deverá ser embutida na parede, onde a fiação ficará protegida através de eletroduto em PVC. A seção da fiação está especificada em anexo no projeto elétrico. A tomada e a chave interruptora serão de embutir, com espelho em PVC. A rede de energia elétrica a ser utilizada no módulo será derivada da rede existente junto à habitação. Os serviços deverão ser executados dentro dos padrões adotados pelas normas técnicas com utilização de ferramentas adequadas, sem emenda na fiação e com acabamentos nas derivações e utilização de fita isolante anti-chama. Será instalado junto ao medidor da habitação, disjuntor monofásico (de 25A), exclusivo para o chuveiro do módulo sanitário. A tensão de abastecimento será de 220V ou 110V, provavelmente monofásica, em rede de distribuição pública. Será instalado um bocal para colocação da lâmpada.

1.10 INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS

Tubulação de água

Será executada a instalação hidrossanitária em PVC rígido normatizado, de acordo com projeto em anexo. A ligação de água para o módulo sanitário será proveniente da rede do SAA, executada através de tubo PVC rígido soldável Ø20mm. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pela entrada d'água junto ao Módulo Sanitário Domiciliar, a partir do ponto d'água existente em frente à moradia.

Tubulação de esgoto

Ralo com caixa sifonada de Ø150 mm. Toda a tubulação, tanto de água como de esgoto, deverá ser previamente testada e verificada pela fiscalização, conforme determinam as normas brasileiras da ABNT. O tubo de ventilação deve passar 20cm acima do telhado.

Louça sanitária

A bacia sanitária será em louça branca, vitrificada, auto-sifonada, convencional, com caixa de descarga plástica externa de 12 litros, devidamente fixada à parede com buchas apropriadas. O lavatório será em louça branca, com coluna, vitrificado, fixado devidamente à parede. O tanque (com pés) deverá ser de concreto pré-moldado devidamente fixado à parede e ao solo. Sua torneira instalada deverá ser metálica.

Metais

O registro de pressão para o chuveiro será em metal, do tipo cromado - Ø20mm (1/2"). As torneiras e as válvulas do lavatório e tanque serão em metal cromado. A caixa de inspeção será em alvenaria (15cm) com as dimensões 50x50x50cm com tampa de concreto posicionada anteriormente à fossa e rebocada.

Outros

O chuveiro deverá ter potência mínima de 5000 watts.

1.11 PINTURA

As superfícies rebocadas devem ser escovadas ou espanadas para eliminar completamente o pó. Os substratos metálicos serão tratados, preliminarmente, com antioxidante. Os substratos de madeira receberão, preliminarmente, tratamento imunizante. Todo serviço de pintura será precedido por limpeza adequada da superfície, removendo-se totalmente graxas, óleos, sujeiras e escamas.


Joana Parnoff Belle
Engenheira Civil
CREAMRS 183.216



Em ambientes externos os serviços de pintura serão suspensos quando ocorrerem chuvas, condensação de vapor de água na superfície e ventos fortes. Em ambientes internos as pinturas só devem ser executadas sob razoável ventilação.

A película de cada demão será mínima, contínua, uniforme e livre de escorrimentos. O cobrimento será obtido por sucessivas demãos. Somente será aplicada a demão seguinte quando a anterior estiver perfeitamente seca.

As pinturas serão executadas, exclusivamente com tintas preparadas em fábrica, entregues na obra, com sua embalagem original intacta.

Os serviços e tintas serão especificados no projeto – 3 demãos de pintura a cal sobre reboco externo, 2 demãos de pintura esmalte brilhante sobre reboco interno e 2 demãos de pintura esmalte brilhante sobre esquadria ferro e 2 demãos de pintura à óleo sobre as áreas úmidas das paredes internas.

2.0 FOSSA SÉPTICA

A Fossa Séptica poderá ser de forma prismática retangular, com dimensões internas mínimas de 1,75x 0,87m, altura útil mínima de 1,20m e volume útil mínimo de 1.825 litros, ou de forma cilíndrica com 1,39m de diâmetro, 1,20m profundidade mínima e volume mínimo de 1.825 litros.

2.1 MOVIMENTO DE TERRA

A abertura da vala para execução da Fossa Séptica será executada manualmente. Em caso de, no momento da escavação, for encontrado solo inadequado, deverá ser estudada nova solução (execução de valas).

2.2 PAREDES LATERAIS

As paredes laterais serão executadas em alvenaria de tijolos maciços, assentados com argamassa traço 1:2:8 (cimento, cal e areia). A espessura das paredes está especificada no projeto em anexo. Antes do assentamento, os tijolos deverão ser molhados, evitando assim a absorção rápida da água da argamassa de assentamento.

2.3 REVESTIMENTOS

As paredes internas deverão ser chapiscadas e rebocadas, de acordo com especificações abaixo relacionadas:

- chapisco: espessura 7mm, traço 1:3 (cimento e areia)
- reboco (massa única): espessura 15mm, traço 1:5 (cal, areia) + 20% cimento.

2.4 LAJE DE FUNDO

A laje de fundo deverá ser em concreto magro, fck=10MPa, espessura 10cm.

2.5 LAJE SUPERIOR

A laje superior será em concreto armado, fck=15MPa, espessura 8cm, armada com aço CA-60 Ø4.2mm com 8cm. A laje deverá ser concretada em 04 diferentes blocos com alças metálicas, permitindo assim, a remoção das mesmas para inspeção e limpeza periódica.

2.6 CONEXÕES

As conexões de entrada e saída dos efluentes serão em PVC, conforme especificado no projeto em anexo.

3.0 DISPOSIÇÃO FINAL DE EFLUENTES

O sistema a ser adotado para a infiltração dos efluentes da fossa séptica será definido após o teste de permeabilidade do solo para cada módulo, podendo ser adotadas soluções em conjunto com a fiscalização. No orçamento está previsto um valor para a execução de um sumidouro padrão, mas será revisto quando a solução adotada for diferente procedendo-se revisões orçamentárias tanto a maior quanto a menor.

A seguir está descrito o sumidouro padrão orçado.

O Sumidouro padrão adotado para orçamento será de forma cilíndrica, com diâmetro mínimo de 1,50m e profundidade mínima de 2,50m.

O dimensionamento do sumidouro ou outro dispositivo do sistema será de responsabilidade da empresa contratada que deverá realizar testes de permeabilidade em locais definidos entre contratante e contratada.

Os efluentes deverão ser conduzidos da Fossa Séptica ao Sumidouro, através de tubo em PVC Ø100mm.

3.1 MOVIMENTO DE TERRA

As escavações para a execução do sumidouro ou de outras soluções adotadas deverão ser executadas manualmente.


Joana Parnoff Belk
Engenheira Civil
CREA-RS 183.216



3.2 PAREDES LATERAIS

As paredes laterais serão executadas em alvenaria de tijolos maciços, assentados com argamassa traço 1:2:8 (cimento, cal e areia). A alvenaria deverá ser executada em forma de crivo, com laje de fundo até a altura mínima de 2,00m, seguindo de forma convencional até a laje superior, permitindo assim a infiltração dos efluentes.

A espessura das paredes está especificada no projeto em anexo.

Antes do assentamento, os tijolos deverão ser molhados, evitando assim a absorção rápida da água da argamassa de assentamento.

Nas partes inferiores e laterais do sumidouro, com espessura de 50cm, deverá ser colocada brita nº 4 (ver planta em anexo).

3.3 LAJE SUPERIOR

A laje superior deverá ser em concreto armado, fck=15MPa, espessura 8cm, armada com aço CA-60 Ø4.2mm com 8cm. Deverá ser executado tampa em concreto para inspeção, com dimensões especificadas em anexo e alças metálicas.

3.4 CONEXÕES

As conexões de entrada dos efluentes deverão ser em PVC, conforme especificado no projeto em anexo.

4.0 PLACA DE OBRA

Deverá ser colocada 01 placa junto à obra, em chapa metálica, com dimensões especificadas no caderno de encargos da FUNASA, em local visível, devendo conter a identificação da obra, da empresa executante, o(s) responsável(is) técnico(s).

6.0 ENTREGA DA OBRA

A obra deverá ser entregue limpa, livre de entulhos e totalmente testada com relação às funcionalidades. A presença de vazamentos deverá ser totalmente vetada. Todos os serviços deverão ser executados de acordo com especificações técnicas, sendo estes inspecionados pela fiscalização.

Santo Augusto, 25 de Julho de 2.013.

Prefeito Municipal
José Luiz Andrighetto

Joana P. Bellé
Responsável Técnica
Joana Parnoff Bellé
Engenheira Civil
CREA/RS 183.216

Joana Parnoff Bellé
Engenheira Civil
CREA/RS 183.216

Santo Augusto, 25 de Julho de 2.013.



MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO/RS
 SERVIÇOS DE ENGENHARIA
 PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
 MÓDULO SANITÁRIO DOMICILIAR COM FOSSA SÉPTICA E SUMIDOURO

Obra: MÓDULO SANITÁRIO DOMICILIAR COM FOSSA SÉPTICA E SUMIDOURO
 Município: SANTO AUGUSTO -RS

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

Item	Descrição dos Serviços	Peso %	Valor das Obras e Serviços R\$	Meses			TOTAL			
				Mês 1		Mês 2		Mês 3		
				%	R\$	%		R\$	%	R\$
1	Total do Sub-item 1.1 - SERVIÇOS PRELIMINARES	0,56	600,48	33,34	R\$ 200,20	33,33	R\$ 200,14	33,33	R\$ 200,14	100,00
2	Total do Sub-item 1.2 - FUNDACÕES	4,65	4.952,77	33,34	R\$ 1.651,25	33,33	R\$ 1.650,76	33,33	R\$ 1.650,76	100,00
3	Total Sub-item 1.3 - PAVIMENTAÇÃO	1,38	1.473,65	33,34	R\$ 491,31	33,33	R\$ 491,17	33,33	R\$ 491,17	100,00
4	Total Sub-item 1.4 - ALVENARIA	17,47	18.593,64	33,34	R\$ 6.199,12	33,33	R\$ 6.197,26	33,33	R\$ 6.197,26	100,00
5	Total Sub-item 1.5 - ESQUADRIAS	4,61	4.907,37	33,34	R\$ 1.636,12	33,33	R\$ 1.635,63	33,33	R\$ 1.635,63	100,00
6	Total Sub-item 1.6 - REVESTIMENTOS	8,72	9.274,24	33,34	R\$ 3.092,03	33,33	R\$ 3.091,10	33,33	R\$ 3.091,10	100,00
7	Total Sub-item 1.7 - COBERTURA	3,27	3.475,41	33,34	R\$ 1.158,70	33,33	R\$ 1.158,35	33,33	R\$ 1.158,35	100,00
8	Total Sub-item 1.8 - LOUÇAS E ACESSÓRIOS	12,66	13.475,00	33,34	R\$ 4.492,57	33,33	R\$ 4.491,22	33,33	R\$ 4.491,22	100,00
9	Total Sub-item 1.9 - VIDROS	0,21	224,64	33,34	R\$ 74,89	33,33	R\$ 74,87	33,33	R\$ 74,87	100,00
10	Total Sub-item 1.10 - PINTURAS	5,38	5.728,38	33,34	R\$ 1.909,84	33,33	R\$ 1.909,27	33,33	R\$ 1.909,27	100,00
11	Total do Sub-item 1.11 - INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	3,24	3.449,00	33,34	R\$ 1.149,90	33,33	R\$ 1.149,55	33,33	R\$ 1.149,55	100,00
12	Total do Sub-item 1.12 - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	1,85	1.964,96	33,34	R\$ 655,12	33,33	R\$ 654,92	33,33	R\$ 654,92	100,00
13	Total do Item 2 - FOSSA SÉPTICA	19,12	20.344,74	33,34	R\$ 6.782,94	33,33	R\$ 6.780,90	33,33	R\$ 6.780,90	100,00
14	Total do Item 3 - SUMIDOURO	16,60	17.661,47	33,34	R\$ 5.888,33	33,33	R\$ 5.886,57	33,33	R\$ 5.886,57	100,00
15	TOTAL (Placa de Obra)	0,27	290,46	100,00	R\$ 290,46					100,00
	SIMPLES				R\$ 35.672,79		R\$ 35.371,72		R\$ 35.371,72	
	ACUMULADO	100			R\$ 35.672,79		R\$ 71.044,50		R\$ 106.416,22	
	ACUMULADO R\$	R\$ 106.416,22			33,52		33,24		33,24	
	ACUMULADO %				33,52		66,76		100,00	
	TOTAL									100,00

Josana P. Bulli
Josana Purnoff Belle
 Engenheira Civil
 CREMER 163.216
 25/7/13



Estado do Rio Grande do Sul – SANTO AUGUSTO
Secretaria Municipal de Administração
Rua Coronel Julio Pereira dos Santos, 465 – CEP 98590-000
Fone/Fax (55) 3781-4361/5239 – E-mail: compras@santoaugusto.rs.gov.br

MODELO
UTILIZAR CUSTOS LOCAIS

Planilha Orçamentária do Módulo Sanitário Domiciliar com Fossa Séptica e Sumidouro								
Item	Descrição	Qtde	Unidade	Material	Total Material	Mão de Obra	Total Mão de Obra	Total
1.	MÓDULO SANITÁRIO DOMICILIAR							
1.1	SERVIÇOS PRELIMINARES							
1.1.1	Locação de Obra por m² Construído							
1.1.2	Escavação Manual de Solo de 1ª até 1,50m	3,36	m²	R\$ 0,25	R\$ 0,84	R\$ 0,38	R\$ 1,28	R\$ 2,12
		2,28	m²	R\$ -	R\$ -	R\$ 12,24	R\$ 27,91	R\$ 27,91
	Total do Sub-Item 1.1 - SERVIÇOS PRELIMINARES							R\$ 30,02
1.2	FUNDAÇÕES							
1.2.1	Concreto Ciclóptico 1:3:6 + 30% com Pedra Mão	0,90	m³	R\$ 69,52	R\$ 62,57	R\$ 21,98	R\$ 19,78	R\$ 82,35
1.2.2	Viga Baldrame Concreto Armado fck 13,5 Mpa - completa	0,38	m³	R\$ 345,54	R\$ 131,31	R\$ 89,43	R\$ 33,98	R\$ 165,29
	Total do Sub-Item 1.2 - FUNDAÇÕES							R\$ 247,64
1.3	PAVIMENTAÇÃO							
1.3.1	Contrapiso Concreto - e=5cm - 200Kg ci/m³ (magro)	2,64	m²	R\$ 5,83	R\$ 15,39	R\$ 2,74	R\$ 7,23	R\$ 22,62
1.3.2	Piso cerâmico com 20cmx20cm (cimento cola + rejunte)	2,64	m²	R\$ 14,69	R\$ 38,78	R\$ 4,65	R\$ 12,28	R\$ 51,06
	Total Sub-Item 1.3 - PAVIMENTAÇÃO							R\$ 73,68
1.4	ALVENARIA							
1.4.1	Alvenaria de Tijolos 6 furos 10cm - junta 15mm ci-ca-ar 1:2:8	18,85	m²	R\$ 26,75	R\$ 504,24	R\$ 22,57	R\$ 425,44	R\$ 929,68
	Total Sub-Item 1.4 - ALVENARIA							R\$ 929,68
	ESQUADRIAS							
	Porta de Ferro Laminada com Ferragem-inclusive maçaneta metálica (0,60x2,10)	1,26	m²	R\$ 155,85	R\$ 196,37	R\$ 4,81	R\$ 6,06	R\$ 202,43
1.5.2	Janela Basculante de Ferro - 50x50cm	0,36	m²	R\$ 115,95	R\$ 41,74	R\$ 3,32	R\$ 1,20	R\$ 42,94
	Total Sub-Item 1.5 - ESQUADRIAS							R\$ 245,37
1.6	REVESTIMENTOS							
1.6.1	Chapisco ci-ar 1:3 - 7 mm Preparo e Aplicação	34,40	m²	R\$ 2,03	R\$ 69,83	R\$ 1,59	R\$ 54,70	R\$ 124,53
1.6.2	Reboco Massa Única 15mm - Argamassa Regular ca-ar 1:5+20%ci	34,40	m²	R\$ 3,23	R\$ 111,11	R\$ 6,63	R\$ 228,07	R\$ 339,18
	Total Sub-Item 1.6 - REVESTIMENTOS							R\$ 463,71
1.7	COBERTURA							
1.7.1	Cobertura com Telha de Fibrocimento 6mm e Madeiramento	5,05	m²	R\$ 27,78	R\$ 140,29	R\$ 6,63	R\$ 33,48	R\$ 173,77
	Total Sub-Item 1.7 - COBERTURA							R\$ 173,77

Joana Parroff Beltr
Engenheira Civil
CREARS 163.216



Estado do Rio Grande do Sul – SANTO AUGUSTO
Secretaria Municipal de Administração
Rua Coronel Julio Pereira dos Santos, 465 – CEP 98590-000
Fone/Fax (55) 3781-4361/5239 – E-mail: compras@santoaugusto.rs.gov.br

MODELO
UTILIZAR CUSTOS LOCAIS

Planilha Orçamentária do Módulo Sanitário Domiciliar com Fossa Séptica e Sumidouro							
Item	Descrição	Qtde	Unid	Material	Total Material	Mão de Obra	Total
1.8 LOUÇAS E ACESSÓRIOS							
1.8.1	Bacia Sanitária em Louça Branca com Assento Plástico e Caixa de Descarga						
1.8.2	Lavatório de Louça com Coluna com Torneira Metálica	1,00	unid	R\$ 147,86	R\$ 147,86	R\$ 18,23	R\$ 166,09
1.8.3	Tanque Pré-Moldado de Concreto (80x50) com Torneira Metálica	1,00	unid	R\$ 296,12	R\$ 296,12	R\$ 15,74	R\$ 311,86
1.8.4	Chuveiro Elétrico - 5000 W	1,00	unid	R\$ 55,35	R\$ 55,35	R\$ 15,74	R\$ 71,09
		1,00	unid	R\$ 115,08	R\$ 115,08	R\$ 9,63	R\$ 124,71
Total Sub-Item 1.8 - LOUÇAS E ACESSÓRIOS							R\$ 673,75
1.9 VIDROS							
1.9.1	Vidros Fantasia Canelado 4mm Colocado com Massa	0,36	m²	R\$ 22,55	R\$ 8,12	R\$ 8,65	R\$ 11,23
Total Sub-Item 1.9 - VIDROS							R\$ 11,23
1.10 PINTURA							
1.10.1	Pintura a Cal para Paredes Externas - 03 demãos						
1.10.2	Pintura Esmalte Brilhante sobre Reboco - 02 demãos	23,90	m²	R\$ 1,30	R\$ 31,07	R\$ 3,23	R\$ 77,20
1.10.3	Pintura Imunizante sobre Madeira - 02 demãos	10,50	m²	R\$ 3,95	R\$ 41,48	R\$ 2,97	R\$ 72,66
1.10.4	Pintura Esmalte Brilhante sobre Esquadria Ferro - 02 demãos	1,50	m²	R\$ 2,16	R\$ 3,24	R\$ 1,45	R\$ 5,42
1.10.5	Pintura à Óleo sobre Alvenaria - 02 demãos	0,36	m²	R\$ 6,62	R\$ 2,38	R\$ 4,15	R\$ 3,85
		10,00	m²	R\$ 5,64	R\$ 56,40	R\$ 3,98	R\$ 96,20
Total Sub-Item 1.10 - PINTURAS							R\$ 286,42
1.11 INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS							
1.11.1	Tubo PVC 100mm Esgoto Primário						
1.11.2	Tubo PVC 20mm Rígido Soldável	2,00	m	R\$ 4,25	R\$ 8,50	R\$ 1,35	R\$ 2,70
1.11.3	Tubo PVC 50mm Esgoto Primário	8,00	m	R\$ 1,45	R\$ 11,60	R\$ 1,35	R\$ 10,80
1.11.4	Tubo PVC 40mm Rígido Soldável Esgoto Secundário	1,00	m	R\$ 3,98	R\$ 3,98	R\$ 1,38	R\$ 1,38
1.11.5	Joelho 90° PVC 20mm Rígido Soldável	5,00	m	R\$ 2,05	R\$ 10,25	R\$ 1,38	R\$ 6,90
1.11.6	Tê 90° PVC 20mm Rígido Soldável	7,00	unid	R\$ 3,04	R\$ 21,28	R\$ 1,38	R\$ 9,66
1.11.7	Caixa Sifonada com Grelha 150x150x50 Saída 50mm	3,00	unid	R\$ 1,25	R\$ 3,75	R\$ 1,38	R\$ 4,14
1.11.8	Caixa Inspeção 50x50x50cm Alvenaria com Tapa Concreto	1,00	unid	R\$ 11,51	R\$ 11,51	R\$ 2,34	R\$ 13,85
		1,00	unid	R\$ 40,12	R\$ 40,12	R\$ 23,54	R\$ 23,54
Total do Sub-Item 1.11 - INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS							R\$ 172,45
1.12 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS							
1.12.1	Ponto Elétrico Tomada / Interruptor - completa						
1.12.2	Ponto Elétrico Tomada para Chuveiro - completa	1,00	unid	R\$ 9,22	R\$ 9,22	R\$ 16,52	R\$ 25,74
1.12.3	Ponto Elétrico Luz Incandescente	1,00	unid	R\$ 12,73	R\$ 12,73	R\$ 16,52	R\$ 29,25
1.12.4	Disjuntor Unipolar 25A	1,00	unid	R\$ 13,51	R\$ 13,51	R\$ 8,55	R\$ 22,06
		1,00	unid	R\$ 18,84	R\$ 18,84	R\$ 2,36	R\$ 21,20
Total do Sub-Item 1.12 - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS							R\$ 98,25
Total do Item 1- MÓDULO SANITÁRIO DOMICILIAR							R\$ 3.405,98

Joana Parnoff Belle
Engenheira Civil
CREARS 183.216



Estado do Rio Grande do Sul – SANTO AUGUSTO
Secretaria Municipal de Administração
Rua Coronel Julio Pereira dos Santos, 465 – CEP 98590-000
Fone/Fax (55) 3781-4361/5239 – E-mail: compras@santoaugusto.rs.gov.br

MODELO
UTILIZAR CUSTOS LOCAIS

Planilha Orçamentária do Módulo Sanitário Domiciliar com Fossa Séptica e Sumidouro								
Item	Descrição	Qtde	Unid	Material	Total Material	Mão de Obra	Total Mão de Obra	Total
2	FOSSA SEPTICA							
2.1	Escavação Manual de Solo de 1° até 1,50m							
2.2	Alvenaria de Tijolos Maciços 15cm - J15mm ci-ca-ar 1:2:8	3,50	m³	R\$ -	R\$ -	R\$ 12,14	R\$ 42,48	R\$ 42,48
2.3	Chapisco ci-ar 1:3 - 7 mm - preparo e aplicação	9,05	m²	R\$ 46,01	R\$ 416,39	R\$ 24,89	R\$ 225,25	R\$ 641,65
2.4	Massa Única 15mm - Argamassa Regular ca-ar 1.5+20%ci	8,00	m²	R\$ 2,03	R\$ 16,24	R\$ 1,59	R\$ 12,72	R\$ 28,96
2.5	Concreto Magro fck 10Mpa	8,00	m²	R\$ 2,88	R\$ 23,04	R\$ 6,63	R\$ 53,04	R\$ 76,08
2.6	Laje de Concreto Armado - e=8cm	0,30	m²	R\$ 189,92	R\$ 56,98	R\$ 61,22	R\$ 18,37	R\$ 75,34
2.7	Té Sanitário PVC rígido 100x100mm Esgoto Primário	0,17	m³	R\$ 625,85	R\$ 106,39	R\$ 67,88	R\$ 11,54	R\$ 117,93
		2,00	unid	R\$ 13,52	R\$ 27,04	R\$ 3,88	R\$ 7,76	R\$ 34,80
	Total do Item 2 - FOSSA SEPTICA							R\$ 1.017,24
3	SUMIDOURO							
3.1	Escavação Manual de Solo de 1° até 1,50m							
3.2	Alvenaria de Tijolos Maciços 15cm - J15mm ci-ca-ar 1:2:8	12,00	m³	R\$ -	R\$ -	R\$ 12,24	R\$ 146,88	R\$ 146,88
3.3	Alvenaria de Tijolos Maciços 15cm - J15mm ci-ca-ar 1:2:8 (em crivo)	2,35	m²	R\$ 46,01	R\$ 108,12	R\$ 9,22	R\$ 21,67	R\$ 129,79
3.4	Brita nº 4	9,65	m²	R\$ 22,35	R\$ 215,68	R\$ 4,18	R\$ 40,34	R\$ 256,01
3.5	Laje de Concreto Armado - e=8cm	3,70	m²	R\$ 63,11	R\$ 233,51	R\$ 5,22	R\$ 19,31	R\$ 252,82
		0,14	m³	R\$ 628,41	R\$ 87,98	R\$ 68,50	R\$ 9,59	R\$ 97,57
	Total do Item 3 - SUMIDOURO							R\$ 5.306,29
	TOTAL UNIDADE (Módulo Sanitário + Fossa Séptica + Sumidouro)							R\$ 5.306,29
4	Placa de Obra (conf.caderno de encargos) e Canteiro de Obras	6,00	m²	R\$ 42,25		R\$ 6,16		R\$ 290,46
	TOTAL (Placa de Obra)							R\$ 290,46
	ORÇAMENTO TOTAL (Nº MÓDULOS)	20	UNID					R\$ 106.416,22

Total Material R\$ 70.814,90 Mão de Obra R\$ 35.601,32

CONTRAPARTIDA R\$ 34.416,22

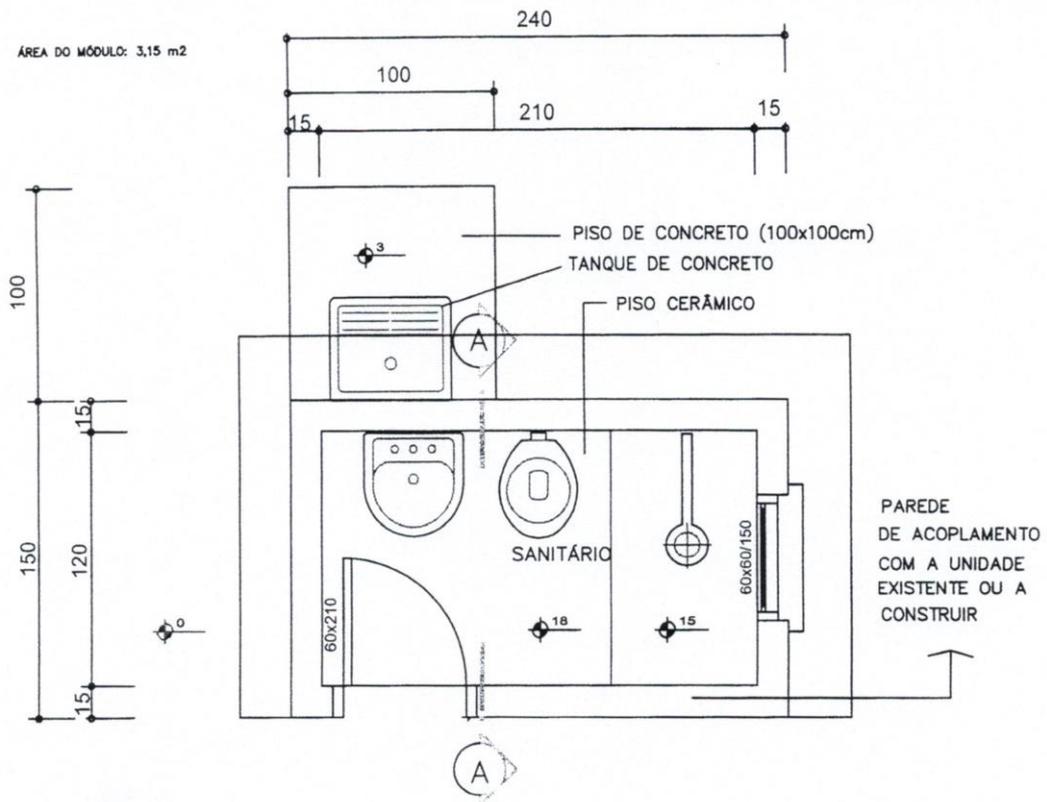
Prefeito Municipal
José Luiz Andrighetto

Santo Augusto, 25 de Julho de 2013.

Joana P. Bellé

Responsável Técnico
Joana Parnoff Bellé
Engenheira Civil
CREA/RS 183.216

Joana Parnoff Bellé
Engenheira Civil
CREA/RS 183.216



PLANTA BAIXA

MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO

CROQUI MÓDULO SANITÁRIO (PADRÃO)

PREFEITO MUNICIPAL

Aluorindo Polo
Aluorindo Polo

RESP. TÉCNICO:

Paulo A.
Paulo A.

Eng. Souza de Abreu
Eng. Souza de Abreu

DESENHO:

EDSON

ESCALA:

1:50

DATA:

NOVEMBRO/2011

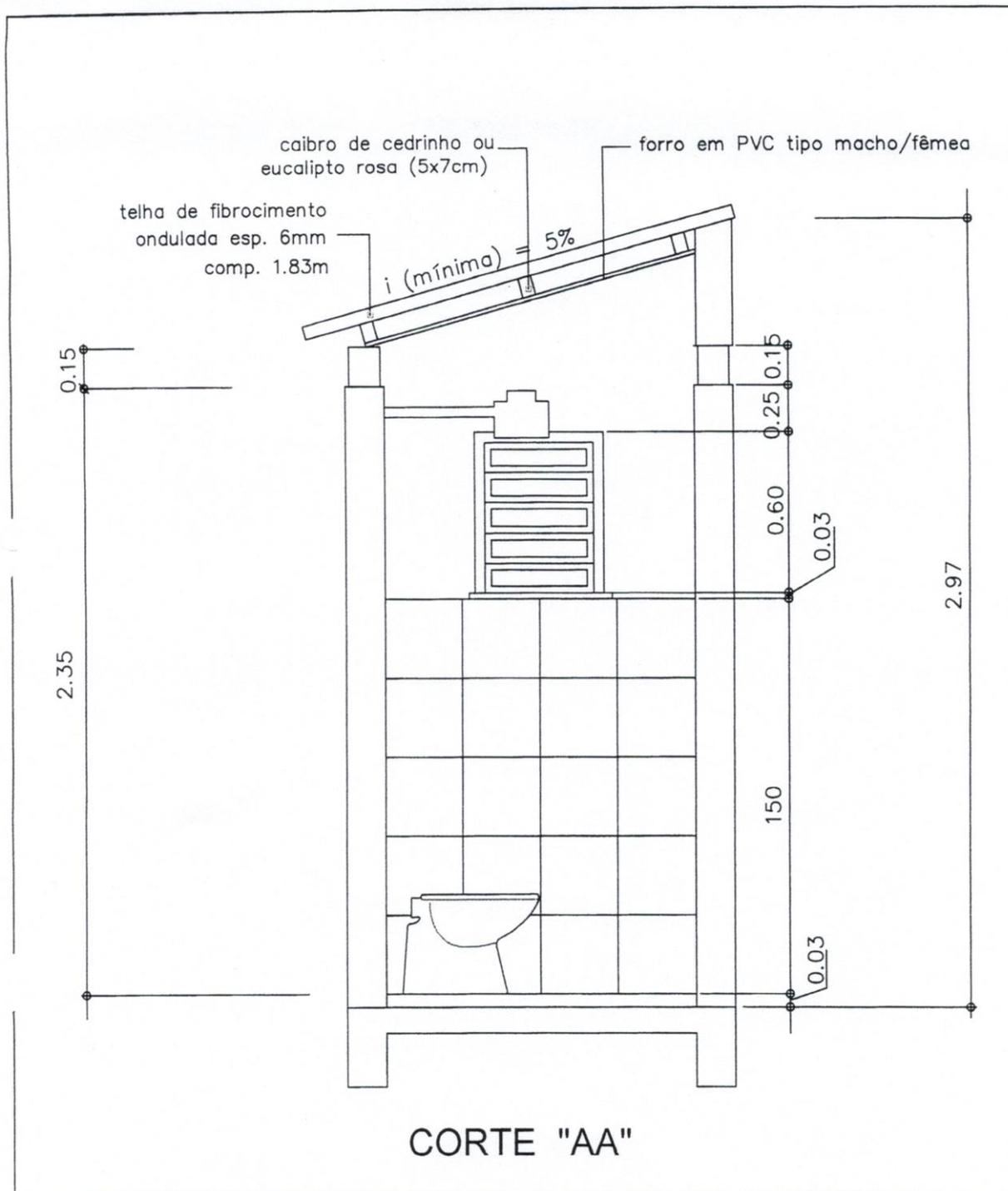
ÁREA:

3,60m²

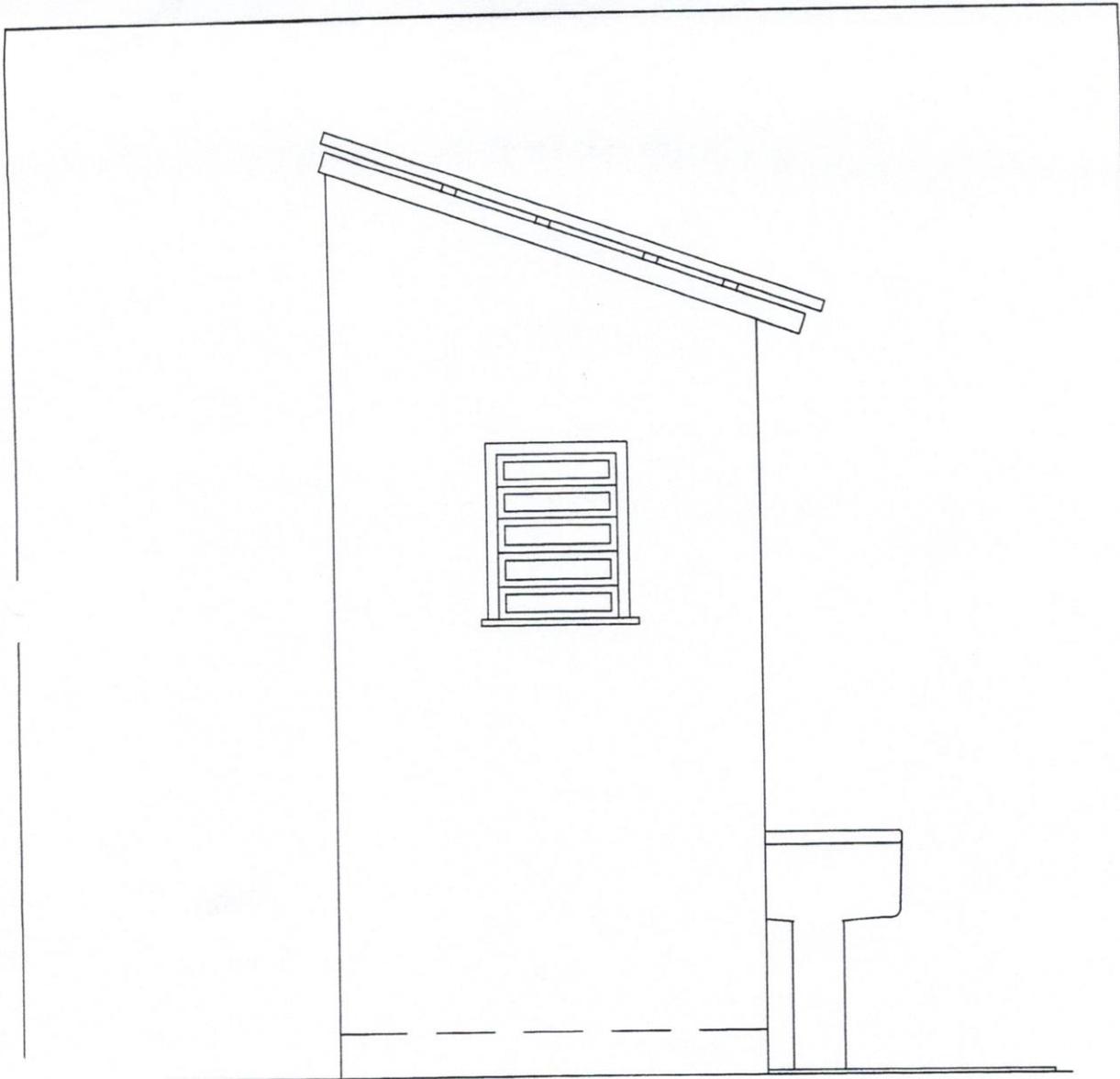
PROCHA:

CREA/RS 133.427

01



MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO			
CROQUI MÓDULO SANITÁRIO (PADRÃO)			
PREFEITO MUNICIPAL:	<i>Alvarinho Edson</i>	RESP. TÉCNICO:	<i>Paula Souza de Abreu</i>
DESENHO:	<i>Alvarinho Edson</i> Prefeito Municipal	DATA:	NOVEMBRO/2011
EDSON	1:25	ÁREA:	3,60m ²
		Eng. Civil	CRE-ORS-188.427
			02



FACHADA

MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO

CROQUI MÓDULO SANITÁRIO (PADRÃO)

PREFEITO MUNICIPAL:

Alvorindo Polo
Alvorindo Polo
Prefeito Municipal

RESP. TÉCNICO:

Dulce
Dulce Souza de Abreu
Eng. Civil
CREA/RS 133.427

DESENHO:

EDSON

ESCALA:

1:25

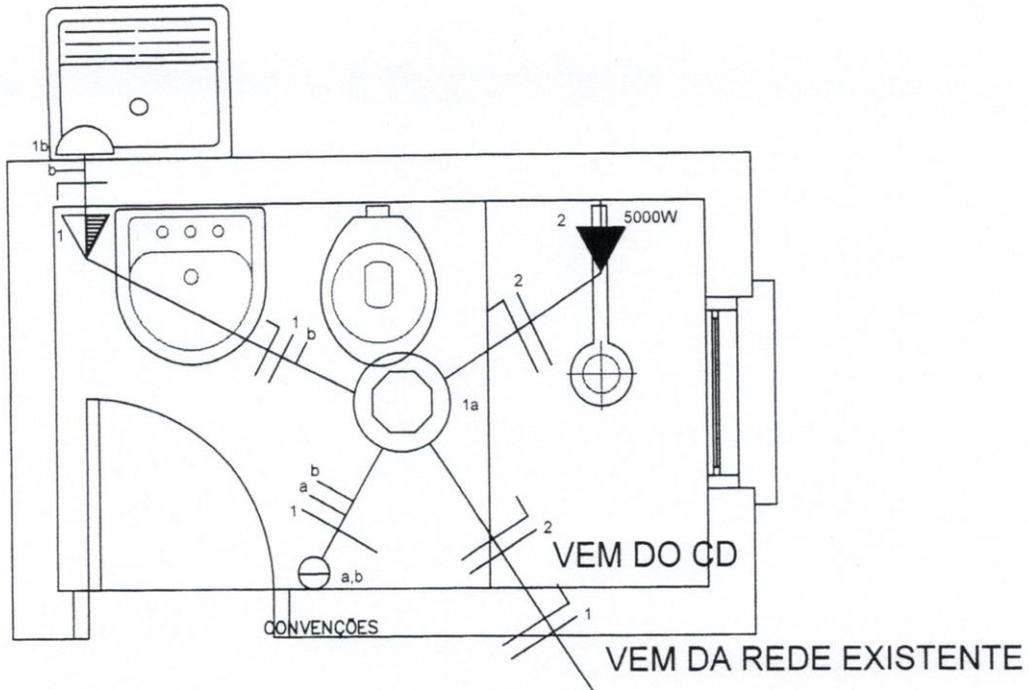
DATA:

NOVEMBRO/2011

ÁREA:

3,60m²

03



- PONTO DE LUZ NO TETO
- ESPERA PARA CHUVEIRO (h=2,20m)
- CONJUNTO INTERRUPTOR DUPLO E TOMADA (h=1.30m)
- CONDUTORES, NEUTRO, FASE E RETORNO
- PONTO DE LUZ NA PAREDE (h=2.20 m)

TENSÃO 380/220V

CIRCUITO	CARGA (W)	PROTEÇÃO	CONDUTORES
1	300	10A	1,5 mm ²
2	5000	25A	4,0 mm ²

TENSÃO 220/127V

CIRCUITO	CARGA (W)	PROTEÇÃO	CONDUTORES
1	300	10A	1,5 mm ²
2	5000	40A	6,0 mm ²

NOTAS:

A-CONDUTORES NÃO COTADOS SÃO 1,5mm²

B-TOMADAS E PONTOS DE LUZ NÃO ESPECIFICADOS SÃO 100W

PROJETO ELÉTRICO

MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO

CROQUI MÓDULO SANITÁRIO (PADRÃO)

PREFEITO MUNICIPAL:

Alvorindo Polo
 Alvorindo Polo
 Prefeito Municipal

RESP. TÉCNICO:

Paulo de Souza de Azevedo
 Paulo de Souza de Azevedo
 Eng. Civil

DESENHO:

EDSON

ESCALA:

1:25

DATA:

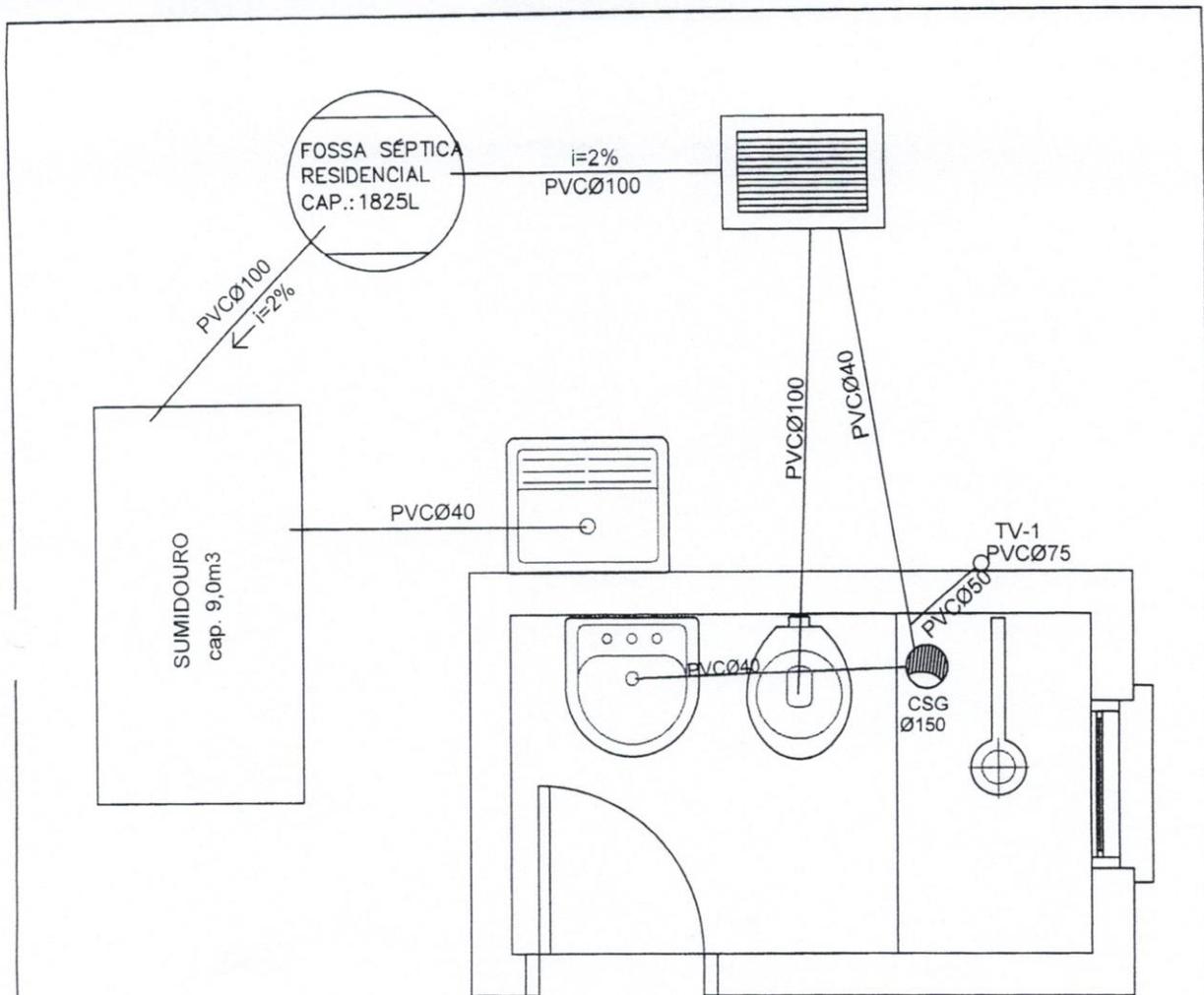
NOVEMBRO/2011

ÁREA:

3,60m²

CREAR 848/27

04



CONVENÇÕES

-  CAIXA SIFONADA COM GRELHA DN 150
-  TUBO DE VENTILAÇÃO
-  JUNÇÃO SIMPLES/INVERTIDA
-  CAIXA INSPEÇÃO CLOACAL .45x.60cm
-  FOSSA SÉPTICA
-  CANALIZAÇÃO DE ESGOTO PRIMÁRIO
-  CANALIZAÇÃO DE ESGOTO SECUNDÁRIO

HIDROSANITÁRIO

MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO

CROQUI MÓDULO SANITÁRIO (PADRÃO)

PREFEITO MUNICIPAL:

Alvorinda Polo
Alvorinda Polo

RESP. TÉCNICO:

Paula Souza de Abreu
Paula Souza de Abreu

DESENHO:

EDSON

ESCRITÓRIO MUNICIPAL

1:25

DATA:

NOVEMBRO/2011

ÁREA:

3,60m²

Eng. Fábio
CREA/RS 133.427

05



Listas de pessoas que precisam de banheiros.

01_Sandra Regina de Oliveira

_Rua:Guaíba nº67

_Bairro:Santo Antônio

02_Eliane Rosa Rodrigues

_Rua:Feliciano Perreira nº1456

_Bairro:Santo Antônio

03_Amandia Rolim Vieira

_Rua: Pedro Santi nº267

_Santo Antônio

04_Raquel da Silva Teixeira

_Rua:Guaíba nº36

_Bairro:Santo Antônio

05_Elias Rodrigues Jones

_Rua:joão Câncio de Castro s/n

_Bairro:Santa Rita

06_Marcia de Mello

_João Câncio de Castro nº14

_Bairro:Santa Rita

07_Julia Nunes Ferreira

Rua:20 de Setembro nº142

_Bairro: Santa Rita

08_Horaide Batista de Moraes



_Rua:Vicente Silva nº580 Bairro: Santa Rita

09_José Itamar Maciel

_Rua:Vicente Silva nº42

10_Bairro:Santa Rita

_Maria Elena Machado

_Rua:Isaías de Souza s/n

_Bairro:São João

11_Margarete Gomes Duarte

_Rua:Alberto Bins nº59 ao lado do nº49

_Bairro:São João

12_Pedro de Siqueira

_Rua :Ester Fenske Antunes nº562

_Bairro:São João

13_Libertino Godoy de Lima e Clair Teresinha Rolim

_Rua:Alberto Bins nº133

_Bairro:São João

14_Marcio da Silva Veiga e Alessandra Franco da Rosa

_Rua:Benjamin Schening nº550

_Bairro Getúlio Vargas

15_Leoni Camargo

_Mario Fucilini nº1315

_Bairro:Cerro Azul

16_Julio Bueno e Neiva de Carvalho Bueno

_Rua:Moisés Vianna nº676 fundos



_Bairro Cerro Azul

17_Andréia da Silva Bueno

_Rua :Mário Fucilini nº1440

_Bairro:Cerro Azul

18_Jairo Camargo de Almeida

Rua:Republicano Meirelles nº133

_Bairro:Glória

19_Armanda de Moura

_Rua:Erminia Gonzatto nº120

_Bairro:Leonízio Gonzatto

20_Antônio Cavalheiro de Souza

_Rua:Avenida Pedro Santi nº160 fundos

_Bairro:Leonízio Gonzatto

20 pessoas relacionadas para banheiros

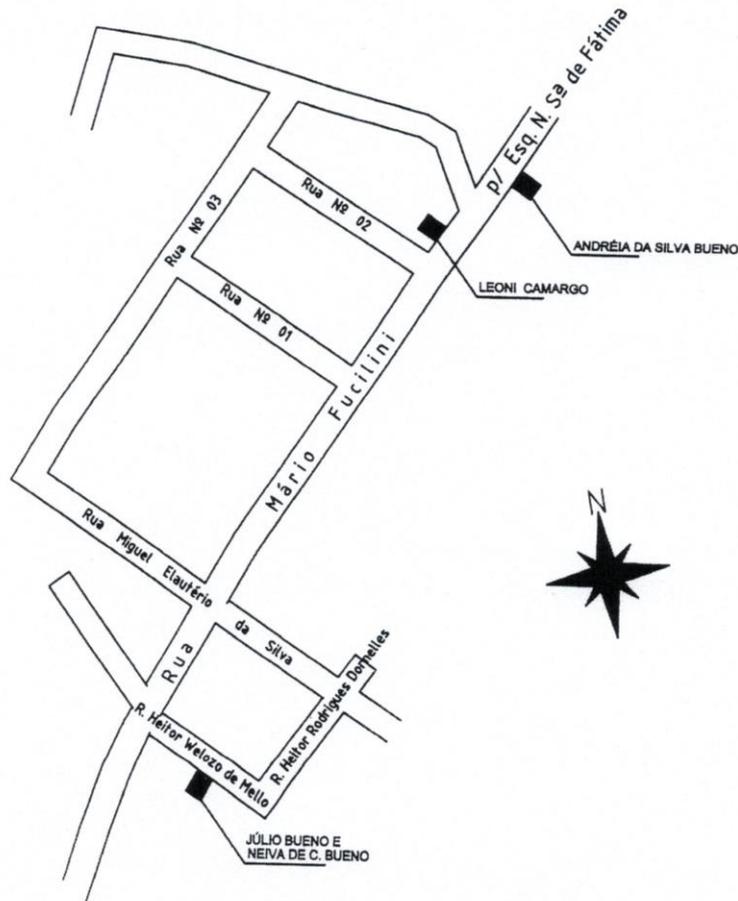
_Santo agosto 24 de novembro de 2011

Gladis Novach
Gladis Novach
Coordenadora de Habitação
Municipal e Fundrias



- LOCAIS ONDE DEVERÃO SER CONSTRUÍDOS MÓDULOS
SANITÁRIOS NO PERÍMETRO URBANO DE SANTO AUGUSTO
E SEUS RESPECTIVOS BENEFICIADOS.

BAIRRO
CERRO AZUL



desenho: EDSON

escala: 1:5.000

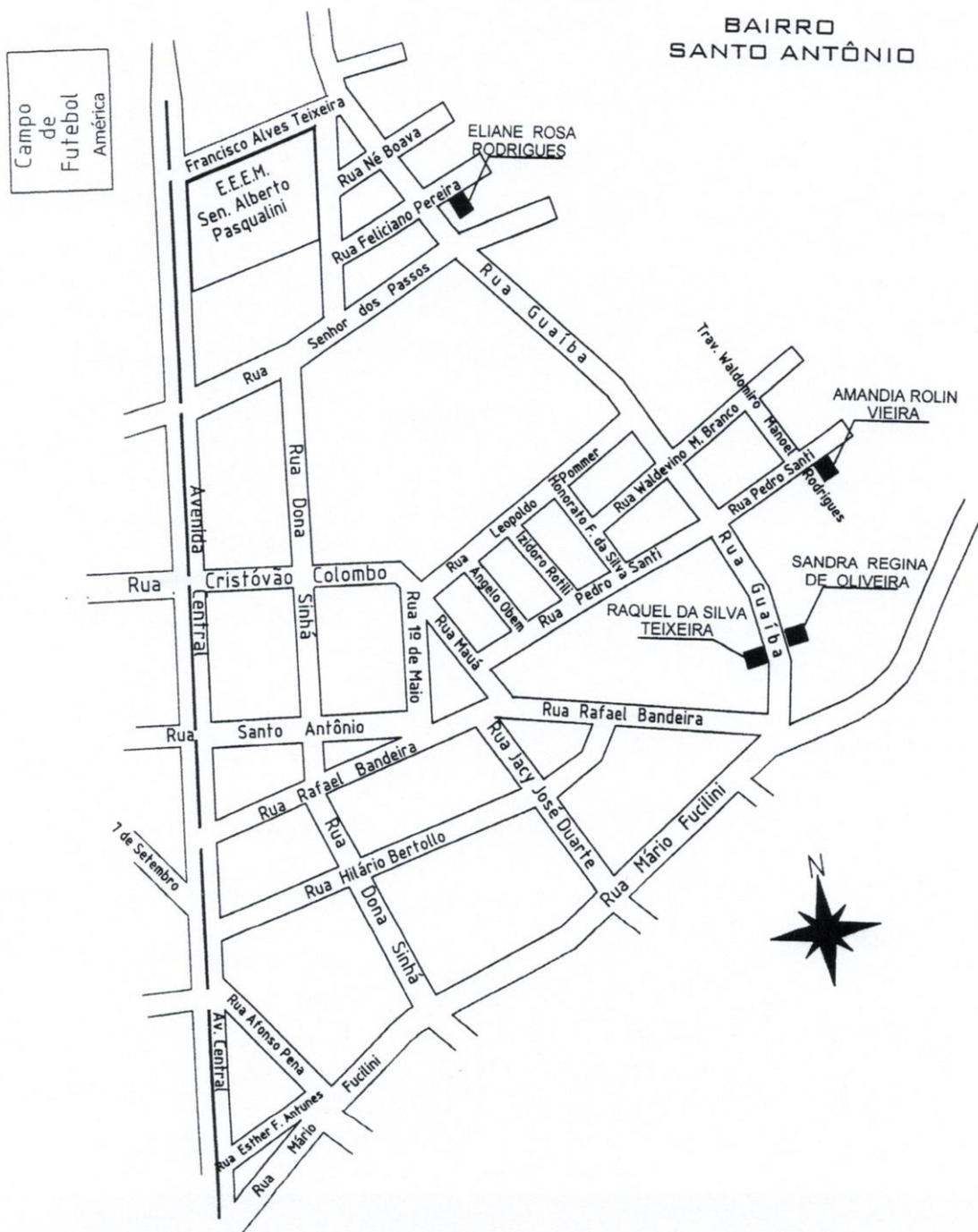
data: NOVEMBRO/2011

Rua Coronel Julio Pereira dos Santos, 465 – Fone: (55) 3781-4361 – 4365 – E-mail: compras@santoaugusto.rs.gov.br – CEP: 98590-000 – Santo Augusto – RS

“NÃO USE DROGAS, DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS”



- LOCAIS ONDE DEVERÃO SER CONSTRUÍDOS MÓDULOS
SANITÁRIOS NO PERÍMETRO URBANO DE SANTO AUGUSTO
E SEUS RESPECTIVOS BENEFICIADOS.



desenho: EDSON

escala: 1:5.000

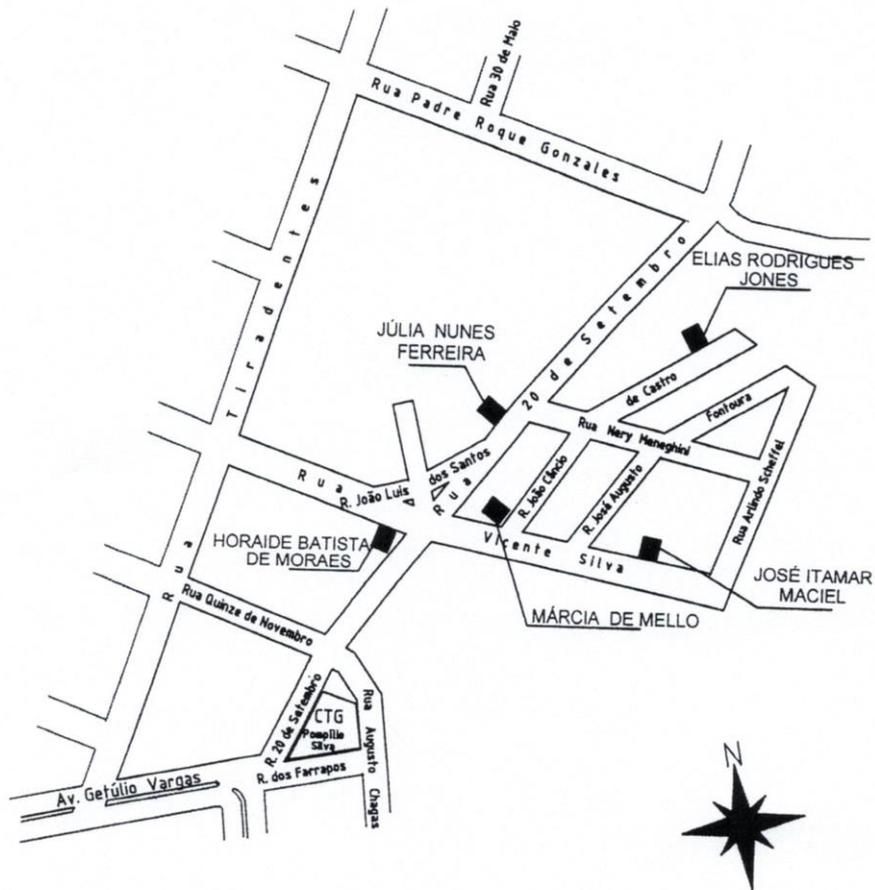
data: NOVEMBRO/2011

“NÃO USE DROGAS, DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS”



- LOCAIS ONDE DEVERÃO SER CONSTRUÍDOS MÓDULOS
SANITÁRIOS NO PERÍMETRO URBANO DE SANTO AUGUSTO
E SEUS RESPECTIVOS BENEFICIADOS.

BAIRRO
SANTA RITA



desenho: EDSON

escala: 1:5.000

data: NOVEMBRO/2011

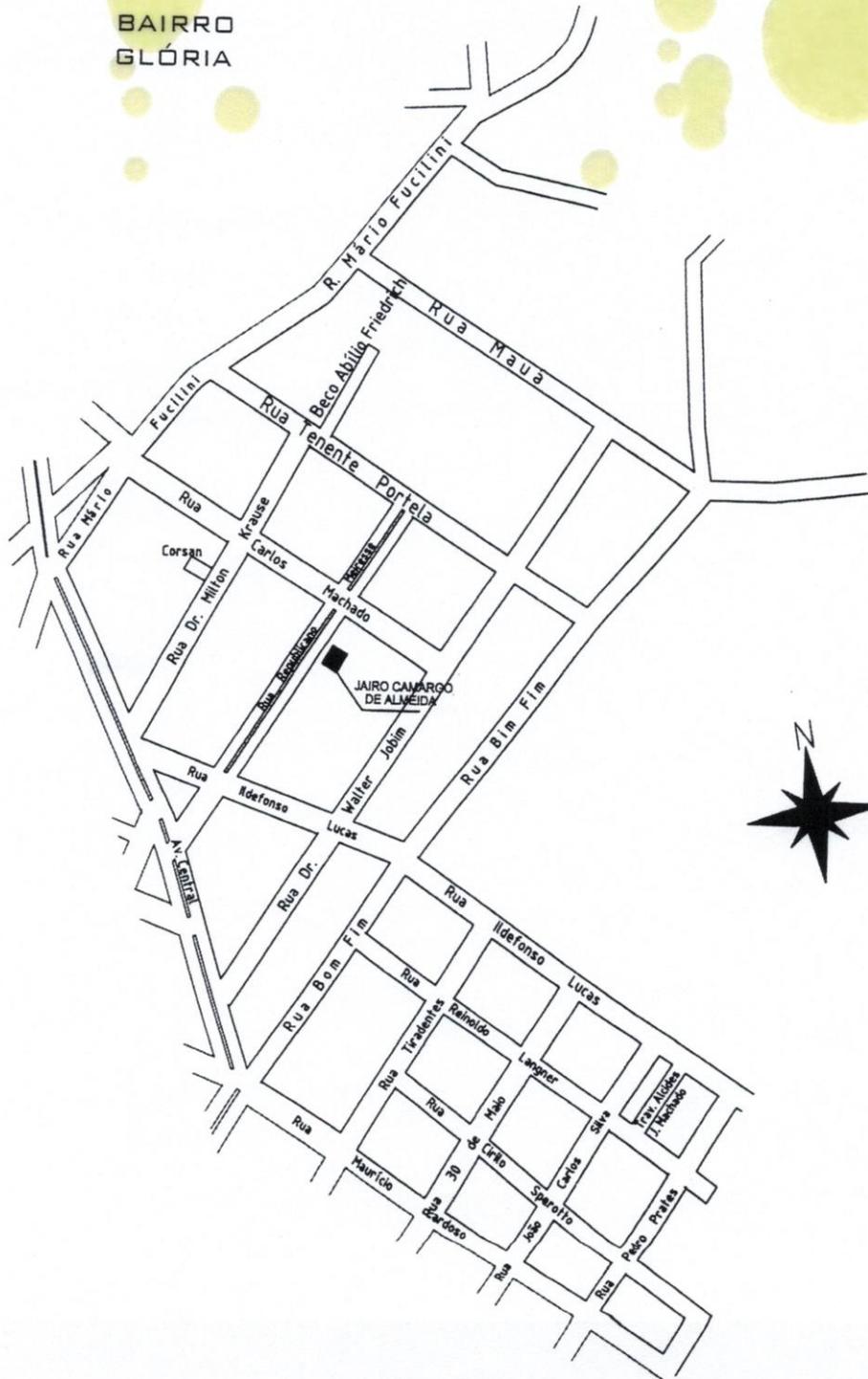
Rua Cel. Julio Pereira dos Santos, 465 - Fone: (55) 3781-4361 - E-mail: compras@santoaugusto.rs.gov.br - CEP: 98590-000 - Santo Augusto - RS

“NÃO USE DROGAS, DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS”



- LOCAIS ONDE DEVERÃO SER CONSTRUÍDOS MÓDULOS
SANITÁRIOS NO PERÍMETRO URBANO DE SANTO AUGUSTO
E SEUS RESPECTIVOS BENEFICIADOS.

BAIRRO
GLÓRIA



desenho: EDSON

escala: 1:5.000

data: NOVEMBRO/2011

Rua Coronel Julio Pereira dos Santos, 465 – CEP 98590-000 – Fone/Fax (55) 3781-4361/5239 – E-mail: compras@santoaugusto.rs.gov.br

“NÃO USE DROGAS, DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS”

